



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ANA CLARA PEREIRA DE MORAIS

A nascente crítica da economia política de Karl Marx: formas do excedente econômico, do mais trabalho e da acumulação de capital nas obras “*Manuscritos Econômico Filosóficos*” (1844) e “*A Miséria da Filosofia*” (1847).

MARIANA – MG

2026

ANA CLARA PEREIRA DE MORAIS

A nascente crítica da economia política de Karl Marx: formas do excedente econômico, do mais trabalho e da acumulação de capital nas obras “*Manuscritos Econômico-Filosóficos*” (1844) e “*A Miséria da Filosofia*” (1847).

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de serviço social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Garcia Da Silva

MARIANA – MG

2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M827n Morais, Ana Clara Pereira De.

A nascente crítica da economia política de Karl Marx [manuscrito]: formas do excedente econômico, do mais trabalho e da acumulação de capital nas obras "Manuscritos Econômico-Filosóficos" (1844) e "A Miséria da Filosofia" (1847). / Ana Clara Pereira De Morais. - 2026. 59 f.

Orientador: Prof. Dr. MARLON GARCIA DA SILVA.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Crítica Científica e Filosófica. 2. Trabalho alienado. 3. Política econômica. 4. Serviço social. 5. Filosofia marxista. I. SILVA, MARLON GARCIA DA. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 304.9

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - CRB6 1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Clara Pereira de Moraes

A nascente crítica da economia política de Karl Marx: formas do excedente econômico, do mais trabalho e da acumulação de capital nas obras "Manuscritos Econômico-filosóficos" e "A Miséria da Filosofia"

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 24 de fevereiro de 2026.

Membros da banca

Dr. Marlon Garcia da Silva - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. André Mayer (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Alcides Pontes Remijo (Universidade Federal de Goiás)

Marlon Garcia da Silva, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 26/02/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Marlon Garcia da Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/02/2026, às 12:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1065622** e o código CRC **B82E85B0**.

AGRADECIMENTOS

À toda minha família, agradeço por jamais medirem esforços para que eu seguisse meus sonhos, sendo, em todo momento, meu alicerce e, acima de tudo, exemplo e incentivo na busca pelo conhecimento.

Ao Matheus, por tornar mais leve e feliz a conclusão deste ciclo, agradeço pela paciência e pelo apoio incondicional.

Aos meus amigos, que estão ao meu lado nas mais diversas intempéries da vida.

Agradeço à UFOP pela educação pública libertadora, pelo pensamento crítico e formação profissional.

Aos docentes do curso, manifesto sincera gratidão pelos conhecimentos transmitidos, mesmo diante dos desafios enfrentados pela educação pública e gratuita.

Agradeço, de modo especial, ao Prof. Dr. Marlon Garcia da Silva, pela orientação rigorosa, pelo incentivo constante e pela oportunidade singular de inserção na pesquisa, fundamentais à consolidação deste trabalho.

À equipe do CAPS Infante-Juvenil de Ouro Preto, especialmente à minha supervisora Luciana Soares Mendes, pelo acolhimento, pela experiência profissional ética e humana, e todas as contribuições decisivas à minha formação. Ao CNPq e à FAPEMIG, pelo apoio institucional e pelo fomento às atividades de pesquisa desenvolvidas.

“A única luta que se perde é a que se abandona e nós nunca

Nunca abandonamos luta

Hay que endurecer sem nunca perder a ternura”

(Don L)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar, de forma investigativa, os processos constitutivos da nascente crítica da economia política em Karl Marx, delimitando-se os *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* e *A Miséria da Filosofia*, e indicando e discutindo algumas de suas articulações com *O Capital*. Parte-se da compreensão de que, nessas obras, estabelecem-se relações indissociáveis entre ciência, filosofia e política, que se interconectam no surgimento de uma teoria social original e crítica, que avançam e superam as formulações dos economistas e filósofos burgueses clássicos. Trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica, realizada mediante utilização de instrumentos da pesquisa em ciências humanas (Gil, 2008), referenciadas principalmente em Marx, mas também em importantes e consagrados estudiosos marxistas. Os resultados da pesquisa indicam também que a apreensão crítica das relações de produção e reprodução do capital, bem como das formas de sociabilidade perniciosas nos marcos do capitalismo, do trabalho alienado e da dominação burguesa, oferecem fundamentos teórico-metodológicos para a atuação profissional no Serviço Social. Ao evidenciar as determinações estruturais que incidem sobre a classe trabalhadora, o estudo contribui para o fortalecimento de uma direção social crítica, comprometida com a emancipação humana e com o projeto ético-político da profissão, qualificando a formação e a práxis das e dos assistentes sociais.

Palavras-chave: Crítica Científica e Filosófica; Mais-valor; Trabalho alienado; Política; Serviço Social; Marxismo.

ABSTRACT

This work aims to analyze, through an investigative approach, the constitutive processes of the nascent critique of political economy in Karl Marx, focusing on the Economic and Philosophical Manuscripts of 1844 and The Poverty of Philosophy, and indicating and discussing some of their articulations with Capital. It starts from the understanding that, in these works, inseparable relationships are established between science, philosophy, and politics, which interconnect in the emergence of an original and critical social theory that advances and surpasses the formulations of classical bourgeois economists and philosophers. This is a qualitative, bibliographical research, carried out using research instruments in the human sciences (Gil, 2008), referencing mainly Marx, but also important and established Marxist scholars. The research results also indicate that a critical understanding of the relations of production and reproduction of capital, as well as the pernicious forms of sociability within the framework of capitalism, alienated labor, and bourgeois domination, offers theoretical and methodological foundations for professional practice in Social Work. By highlighting the structural determinants that affect the working class, the study contributes to strengthening a critical social direction, committed to human emancipation and the ethical-political project of the profession, qualifying the training and praxis of social workers.

Keys-word: Scientific and Philosophical Critique; Surplus value; Alienated labor; Politics; Social Work; Marxism.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	6
<u>CAPÍTULO 1. A NASCENTE CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DE KARL MARX: OS “MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS” DE 1844</u>	15
<u>1.1 ELEMENTOS FORMATIVOS DO PENSAMENTO E DA OBRA DE K. MARX – OS ANOS DE 1843 E 1844</u>	15
<u>1.2 PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES ÀS CATEGORIAS DOS <i>MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS</i> DE 1844</u>	18
<u>1.3 COM AS CATEGORIAS DA ECONOMIA POLÍTICA, CONTRA AS CATEGORIAS DA ECONOMIA POLÍTICA: SALÁRIO, LUCRO DO CAPITAL E RENDA DA TERRA</u>	19
<u>1.4 O CENTRO DA NASCENTE CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: TRABALHO ALIENADO E ESTRANHAMENTO</u>	26
<u>1.5 REARTICULAÇÃO DOS ELEMENTOS INVESTIGADOS E SÍNTESE</u>	30
<u>CAPÍTULO 2. DESENVOLVIMENTO DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DE KARL MARX: “MISÉRIA DA FILOSOFIA” DE 1847</u>	36
<u>2.1 O EVOLVER DO PROCESSO FORMATIVO DO PENSAMENTO E DA OBRA DE K. MARX – OS ANOS DE 1845-1847</u>	36
<u>2.2. “UMA DESCOBERTA CIENTÍFICA”</u>	39
<u>2.3 “A METAFÍSICA DA ECONOMIA POLÍTICA”</u>	44
<u>2.4 REARTICULAÇÃO DOS ELEMENTOS INVESTIGADOS E SÍNTESE</u>	48
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	51
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	54

INTRODUÇÃO

“Todos os economistas cometem o mesmo erro: em vez de considerarem a mais-valia puramente enquanto tal, consideram-na através das formas específicas do lucro e da renda da terra. Mais adiante, no capítulo III, onde se analisa a forma muito transfigurada que a mais-valia assume como lucro, veremos a que erros teóricos essa interpretação necessariamente conduz.” (Karl Marx, Teorias da mais-valia”).

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é resultado de um percurso formativo construído ao longo da graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), marcado pelo contato sistemático com o pensamento social crítico e, de modo particular, com a tradição marxista e a obra de Marx, a partir das disciplinas cursadas. Dentre as disciplinas ministradas ao longo do curso, cito como fulcrais para a construção e base do conhecimento: Teoria Social e Serviço Social I, II e III; Trabalho e Sociabilidade; Acumulação Capitalista e Questão Social; Classes e Movimentos Sociais; Fundamentos do Serviço Social I,II,III; (e não somente), disciplinas nas quais nos debruçamos em consagrados estudiosos de referência, tais como: o próprio Karl Marx, Marilda Villela Iamamoto, José Paulo Netto, György Lukács, Antonio Gramsci, Friedrich Engels, Marcelo Braz, Yolanda Guerra, Maria Lúcia S. Barroco, entre outros, em suas importantes obras escritas a partir da tradição marxista, e aliadas às particularidades da profissão, munem estudantes e profissionais para um exercício prático fundado nos pilares das dimensões teórico metodológicos, ético-políticas e técnico operativas.

Durante a graduação, tive a oportunidade de aprofundar cientificamente nos estudos marxistas a partir de duas pesquisas de Iniciação Científica vinculadas à PIBIC/CNPQ e PIP/UFOP, orientadas pelo professor Dr. Marlon Garcia da Silva. A primeira, cuja discussão será feita no primeiro capítulo deste trabalho, se trata da “Investigação das formas preparatórias mais remotas da categoria da mais-valia na obra de K. Marx.”, com início em 01/09/2022 e término em 31/08/2023; no qual se teve como objetivo investigar as formulações mais remotas da categoria de mais-valia na obra de Karl Marx, com ênfase nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, buscando identificar a presença, ainda que em forma germinal, dessa categoria. A pesquisa partiu da hipótese de que há relações teóricas entre os escritos da

juventude e da maturidade de Marx, passíveis de serem apreendidas mediante análise rigorosa. Continuando com a mesma indagação, avançamos para a próxima fase da pesquisa, assunto do segundo capítulo desse trabalho, cujo tema foi “A nascente crítica da economia política: possíveis formas germinais da categoria do mais-valor na obra *“A Miséria da Filosofia”*, de K. Marx” com início em 01/03/2024 e término em 28/02/2025; cujo objetivo também era de investigar nessa obra a possível presença de elementos, formas, relações e nexos germinais da categoria do mais-valor.

A análise cuidadosa da estrutura da obra possibilitou evidenciar que as teses e argumentos instaurados pelo autor alemão transitam simultânea e articuladamente por uma interlocução exigente, crítica, com autores da economia política inglesa e da filosofia idealista alemã, respectivamente, nas figuras e nas obras de D. Ricardo e de G. F. Hegel.

Foi possível constatar que Marx, além de mergulhar nessas obras para dirigir as teses desses expoentes do pensamento burguês progressista contra as ideias reformistas rebaixadas de P. J. Proudhon, volta-se a fenômenos e processos sociais que materializam e expressam as contradições intensificadas do capitalismo que avança nos fins da primeira metade do século XIX, quando a contradição entre capital e trabalho e suas implicações e repercussões objetivas e subjetivas na vida social vão se tornando cada vez mais agudas e explosivas (Netto, 2020).

Cabe mencionar também que a pesquisa se articulou com trabalhos do grupo de estudos “Ciência e filosofia em Marx”, voltado à investigação do conjunto da obra do autor, que instigou a pensar as interações dialéticas entre os diferentes campos e âmbitos do saber, onde as “categorias econômicas”, da ciência, são “elevadas à esfera da filosofia” (Lukács, 2013), em trânsitos e passagens do real e do concreto ao abstrato e vice-versa. Foram realizados vários encontros no segundo semestre de 2024 e em 2025, quando foram lidos e discutidos os textos: *“Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”*, *“Sobre a questão judaica”*, *“Glosas Críticas Marginais ao Artigo o Rei da Prússia e Reforma Social – Por um prussiano”*, *“Manuscritos Econômico-filosóficos”* (Sessão “Trabalho estranhado e propriedade privada”), *“Sagrada Família”* (“O mistério da construção especulativa”), *“Ideologia Alemã”* (Trechos selecionados) e *“Miséria da Filosofia”*. O grupo e as pesquisas constituíram espaço aberto para todo o público da Universidade Federal de Ouro

Preto, possibilitando uma abordagem dialética entre diversas áreas dos saberes, sobretudo, os de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

O grupo e os estudos foram potencializados ainda pela integração de outra pesquisa de iniciação científica, vinculada à PIBIC/FAPEMIG, e orientada pelo mesmo professor das anteriores, na qual tive a chance de assumir em sua fase final, tendo como tema: “A lógica como dinheiro do espírito e como valor do pensamento [Gedankenwert] na obra de Karl Marx de meados de 1840.

A partir dos projetos de pesquisa, tive a chance de participar e expor os resultados na Mostra de Projetos de Iniciação Científica - Semana Acadêmica 2023/1 do Serviço Social/UFOP e nos Encontro de Saberes/UFOP nos anos de 2023 e 2025.

É possível observar que tanto nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, com as categorias econômicas levadas à esfera da filosofia (Lukács, 2012), quanto na *Miséria da Filosofia* e seu combate de duas frentes (reformismo x revolução, Hegel e Ricardo x teoria rebaixada de Proudhon), o caminho percorrido, as vias científicas, da apreensão da realidade estão, evidentemente, menos desenvolvidas do que no *Capital*.

Cabe aqui indicar em termos breves que nos três casos, nas três obras, estão presentes reflexões que transitam e trazem uma relação indissociável entre ciência (crítica da economia política), filosofia e política.

É possível indicar também que enquanto nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* a ênfase recai mais no âmbito da filosofia, na *Miséria da Filosofia*, o que fecunda a teoria crítica é centralmente o âmbito da política, sendo que *O Capital*, orbitando fundamentalmente o campo da ciência, não deixa, ao mesmo tempo, de transitar, de atravessar e ser atravessado pela filosofia e pela política.

Para situar as construções, a importância das contribuições teóricas e das categorias de Marx nas obras das décadas de 1840 aqui estudadas e suas relações com as obras de maturidade do autor, tomando neste caso, por referência, *O Capital*, cabe nesta introdução trazer e destacar em termos breves algumas categorias desta última obra, que servirão de referência para comparação das posições e dos desenvolvimentos do autor.

Nesse sentido podemos trazer como apoio algumas referências de Netto e Braz (2006) em seu pequeno, porém potente livro “*Economia Política: uma*

introdução crítica”, imprescindível para qualquer estudante de ciências sociais aplicadas que começa a buscar compreender sobre o mundo em que vivemos.

Assim, vamos brevemente trazer algumas das categorias seminais que são principais para marcar inicialmente posições estabelecidas por Marx em sua obra máxima.

Começando pelo valor, que é tomado em *O Capital* a partir da determinação do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria, dadas certas circunstâncias sócio materiais, econômicas, históricas (Netto e Braz, 2006); o valor é uma expressão do dispêndio de energias humanas corpóreas, físicas, psíquicas, indiferenciadas, gerais, no tempo (Marx, 2013).

Trata-se assim de uma abstração dos diferentes trabalhos concretos e dos diferentes valores de uso, que se expressa na produção e troca mercantil, já que o valor de uso está ligado ao trabalho concreto, necessário à vida humana em toda sociedade, e o valor econômico abstrato ao valor em si, existente na produção da mercadoria. Segundo Netto e Braz (2006, p. 140):

...o trabalho abstrato, medido enquanto trabalho médio em condições históricas precisas, constitui o que já apresentamos ao leitor como trabalho socialmente necessário; por isso, Marx observa que é o trabalho, na sua “qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato”, que “gera o valor da mercadoria” (Marx, 1983, p. 53).

Nas circunstâncias do modo de produção capitalista, da propriedade privada dos meios de produção, da grande indústria, da exploração força de trabalho, a produção mercantil compreende a produção de novos valores, e também de mais-valores ou mais-valia (Marx, 2013).

A categoria de mais-valia, expressa na equação $D-M-D'$, uma equação muito distinta de outras formas de produção e circulação mercantil e de sociabilidade, como aquelas cifradas em $M-D-M$, tomada como forma de circulação simples (Marx, 2013; Netto, Braz, 2006, p. 129), pressupõe a categoria do valor.

Marx, ao fazer sua crítica da economia política em *O Capital*, partindo da análise da mercadoria, avançando pela análise do processo de troca e do dinheiro, decifra na produção mercantil capitalista algo que os economistas políticos não são capazes de decifrar.

O trabalho, ou melhor, a mercadoria força de trabalho, se diferencia de todas as mercadorias que o capitalista compra para gerar lucro, de todos os outros insumos necessários para produção, como máquinas e materiais (capital constante,

morto) que se integram à mercadoria no processo de produção. A mercadoria força de trabalho gera não somente valores necessários para pagar seus próprios custos de produção e reprodução, o salário, dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário (Marx, 2013, p. 606), mas gera também um “plus”, dado pelo trabalho excedente.

Nessa produção é gerado um excedente econômico, já que a especificidade da mercadoria força de trabalho (capital variável, vivo) é criar valor, e criar também um valor a mais, um mais-valor, a mais-valia, da qual o capitalista se apropria.

Essa relação, perniciosa ao trabalhador, mas essencial para a produção e a acumulação capitalista, é fundada na exploração do trabalhador, na exploração da força de trabalho, na expropriação do trabalho excedente (Netto e Braz, 2006).

Além dessa dinâmica de produção e expropriação de excedente, o capital se reproduz de forma ampliada, convertendo sempre mais-valor em mais capital, gerando lucros e acumulação capitalista, concentração e centralização de capital (Netto e Braz, 2006).

Dito isso, cabe considerar: por que textos mais antigos, mais remotos e anteriores ao *Capital*, obra máxima de Marx, podem ser relevantes para a atualidade? A resposta, ou pelo menos a pergunta, pode ser compreensível para estudiosos familiarizados com a obra do autor, mas, para aqueles que desconhecem os fundamentos dessa teoria social e mesmo dos fundamentos do Serviço Social, a questão e sua pertinência estão longe de estarem claras.

Assim cabe ponderar que, estudar textos mais recuados de alguém como Karl Marx é poder não somente entender quais foram os processos formativos que levaram até o Marx dos anos de 1860, mas também entender os processos cumulativos, de avanços e superações, além de favorecer a apreensão de certos fundamentos e dimensões gerais da sociabilidade que persistem até os dias atuais.

E porque não voltaríamos a esses estudos mais remotos, se o próprio autor, em seu célebre prefácio de 1859, da obra *Contribuição à crítica da Economia Política* (2008), examinando seu percurso formativo que resultou nas elaborações científicas de *O Capital*, considerou importante registrar que há “algumas indicações (...) sobre o curso de meus próprios estudos político-econômicos não estariam fora de propósito aqui,” (Marx, 2008, 46) anotando também que “com este esboço do curso dos meus estudos no terreno da Economia Política, eu quis mostrar

unicamente que minhas opiniões, (...) são o fruto de longos e conscienciosos estudos” (Marx, 2008, p. 50).

Marx refere-se então aos trabalhos realizados nos anos de 1842 e 1843 no jornal *A Gazeta Renana*, quando enfrentou problemas e questões econômicas que não conseguiu responder com um aparato teórico e filosófico idealista hegeliano, quando então iniciou seus estudos mais aprofundados sobre a “sociedade civil burguesa”, sua “anatomia”, em trabalhos que chegaram a resultados que o autor apresenta no prefácio nos seguintes termos:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (Marx, 2008, p. 47).

Isso posto, cabe considerar que o Serviço Social como profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, profissão de natureza interventiva, chamada a responder às expressões da “questão social”, antes de tudo, no plano das urgências, emergências e violências materiais e subjetivas, da vida social, e cotidiana nos marcos do modo de produção capitalista (Iamamoto, 2003, p.77) tem relação direta com os interesses da pesquisa.

Nesse sentido, voltando à história da profissão, cabe mencionar o fim dos anos 1970, mais especificamente, o “movimento de reconceituação” e a vertente denominada “intenção de ruptura”, onde a profissão abandona seu arranjo teórico-político e técnico doutrinário conservador pautados no neotomismo e no positivismo, “ante as consequências das desigualdades sociais, apreendidas como fenômenos inevitáveis” (Iamamoto, 1998 p. 247), e se aproxima da tradição marxista, constituindo processos de renovação crítica.

No começo do movimento de “intenção de ruptura”, o contato com Marx não foi feito a partir de leituras clássicas, mas sim de sua perspectiva escrita por outros autores, constatando-se tratar de uma “aproximação a um marxismo sem Marx” (Iamamoto, 1998, p 237), o que não possibilitou bagagem teórica suficiente para que a ruptura fosse de fato consolidada, já que o “discurso que se pretendia marxista

passou a conviver com uma bagagem teórica eclética”, (Iamamoto, 1998, p. 37) que não contribuem para esse movimento.

No bojo dessas contradições, tendo em vista o contexto estrutural e conjuntural de avanço das lutas da classe trabalhadora no Brasil, a teoria social de Marx foi crescentemente sendo assumida como base para o Serviço Social, pois, somente o marxismo consegue explicar a partir do materialismo histórico dialético, o processo de reprodução social da vida dos homens, inseridos no modo de produção capitalista, especialmente no monopolismo, buscando adentrar o universo da teoria social, econômica, filosófica, política, mais abrangente.

Assim se avança para um conjunto de mediações imprescindíveis para uma compreensão mais consistente dos fenômenos que desbordam na superfície da vida na sociedade burguesa, que saltam aos olhos, na forma, por exemplo, do referido conjunto de mazelas, na ordem do capital.

Nesse sentido, rastrear textos clássicos, como ora se propõe, e, mais precisamente, investigar formas da gênese da crítica da economia política de Karl Marx, pode constituir uma importante via de potencialização subjetiva, cultural, e de práxis sociais críticas e transformativas da realidade social, na direção de processos de emancipação humana, que possuem ligação umbilical com princípios fundamentais do Projeto Ético Político profissional, entre os quais, o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 1993, p.23), e a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.” (CFESS, 1993, p. 23), e também ao “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.” (CFESS, 1993, p. 23).

Assim, esta pesquisa pretende contribuir com o fortalecimento teórico e político do Serviço Social brasileiro, considerando-se que a matéria ora delimitada para investigação, que trata de crítica da economia política, constitui uma das vertentes pelas quais o Projeto ético-político da profissão tem buscado elementos mais fundamentais e explicativos de fenômenos da sociedade moderna e contemporânea, entre eles, as chamadas “expressões da questão social”, originadas

na contradição entre capital x trabalho, e que se manifestam nas várias formas de misérias da vida dilacerada nos marcos do capitalismo, para travar a partir dessas raízes suas lutas.

Conforme estabelecido, na realidade e na literatura, daí advém e aí encontram-se, em grande medida, as demandas objetivas que instituem e legitimam o Serviço Social como profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho. Segundo Iamamoto e Carvalho:

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se reproduzem, concomitantemente, as ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrindo o antagonismo que as permeia. (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 36).

Compreender o caráter efetivo da produção e da acumulação capitalista constitui tarefa central para a classe trabalhadora, na medida em que a apropriação crítica do conhecimento é uma das condições para a fundamentação teórica de suas lutas sociais.

A dinâmica do capital, articulada ao Estado, enquanto “um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia” (Marx; Engels, 2010, p. 42), opera permanentemente no sentido de obscurecer o antagonismo estrutural que atravessa a sociabilidade burguesa. Tal ocultamento torna-se ainda mais latente em um contexto de crise estrutural do capital, marcado pelo avanço de ideologias conservadoras e pelo recrudescimento de perspectivas anticientíficas, que buscam deslegitimar o pensamento crítico e bloquear horizontes emancipatórios.

Nesse cenário, a referência ao marxismo como fundamento teórico (“armas da crítica”) indispensável para a compreensão e superação das formas de exploração contemporâneas torna-se simultaneamente necessária e tensionada.

Observa-se, entretanto, um distanciamento crescente de estudos e pesquisas, sejam acadêmicos, sejam no âmbito das próprias esquerdas, das fontes clássicas do pensamento marxista e marxiano, numa conjuntura extremamente adversa para a classe trabalhadora, em meio a avanços da direita, à expansão da alienação, dos estranhamentos, da fetichização, da ideologia neoliberal, que investe sistematicamente na despolitização e no afastamento do conhecimento crítico das massas trabalhadoras.

Por fim, cabe destacar que as palavras de Marx acima registradas na abertura dessa introdução, em “Teorias da mais-valia”, escritas nos anos de 1860, indicando a ignorância da economia política clássica sobre a categoria da mais-valia, constituem uma referência importante para demarcar que nos três textos aqui pesquisados, como a crítica do autor revolucionário alemão vai, em cada texto ao seu modo, e cumulativamente, numa direção radicalmente oposta e original. Essas indicações serão retomadas nas considerações finais do presente trabalho.

CAPÍTULO 1. A nascente crítica da economia política de Karl Marx: Os “Manuscritos Econômico-Filosóficos” de 1844

1.1 Elementos formativos do pensamento e da obra de K. Marx – os anos de 1843 e 1844

Cabe ponderar que, se é um fato que as ideias não nascem magicamente na cabeça de ninguém, há que se reconhecer que elas têm um processo formativo, material, histórico e social.

Nesse sentido, indagar sobre como se deu o processo formativo das categorias da crítica da economia política nas relações materiais de produção a partir das investigações de Karl Marx pode ser bastante instrutivo para a compreensão das próprias categorias em suas formas mais desenvolvidas e mais acabadas. Não somente sobre as categorias econômicas, mas para o entendimento do próprio ser humano e seu engendramento na sociedade.

Marx, em sua incessante busca em investigar as questões que enfrentava na superfície da vida da sociedade burguesa da época, e do capitalismo que avançava com rapidez, (Netto, 2020, p. 78) e nas respostas dadas pelos economistas clássicos, nunca parou de se indagar o porquê dos fenômenos e categorias postas, buscando maneiras não somente de interpretar o mundo, mas também maneiras de transformar a sociedade, num ponto de vista revolucionário (Netto, 2020, p.101).

E assim, nos inícios dos anos 1840, Marx se aprofunda em seus estudos político-econômicos, desvencilhando-se de sua formação primária na jurisprudência e da filosofia idealista de Hegel, e dos jovens hegelianos (Netto, 2020, p. 65).

Para entendermos a forma em que suas obras são escritas, faz-se necessário compreender o pano de fundo social da Europa naquele período: no auge de sua Primeira Revolução Industrial, das contradições emergentes do capitalismo e da sociedade burguesa, com diversas regiões marcadas por fome e miséria (Netto, 2020, p.79).

Aqui, tomaremos como ponto de apoio seu célebre “Prefácio” ao livro *Para a Crítica da Economia Política*, escrito e publicado em 1859, onde ele esclarece, em breves e potentes páginas, as circunstâncias históricas e as vias do seu desenvolvimento até a entrada decidida e enérgica nos estudos da crítica da economia política.

Nesse documento de 1859, Marx adverte aos seus leitores que seus estudos econômicos são resultados de mais de 15 anos de investigações cuidadosas, que se iniciaram nos inícios de 1843, nos seus trânsitos dos estudos de direito e filosofia para histórica e economia política.

O autor relata a importância das experiências e reflexões do período e dos trabalhos que ele realizou como jornalista da Gazeta Renana (*Rheinische Zeitung*), periódico ligado a setores progressistas da burguesia da região, do qual ele se tornou em seguida redator chefe (Netto, 2020, p 61). Mais especificamente, ele se refere a questões econômicas nos debates sobre livre câmbio e protecionismo, e se refere a essa situação emblemática e bastante comentada desse seu itinerário, qual seja, o chamado caso do “furto de madeira e o parcelamento da propriedade fundiária” (Marx, 2010).

Nessas circunstâncias, a Dieta Renana, o parlamento renano, legisla e passa a considerar como roubo os hábitos multisseculares dos camponeses pobres do Vale do rio Mosela de recolher lenhas secas dos bosques, ou seja, um arbítrio político a favor da minoria, os proprietários de terra, em detrimento do direito (histórico, chamado consuetudinário) dos camponeses de recolher a lenha, um recurso vital para sua sobrevivência.

O breve período em que Marx esteve na redação da Gazeta Renana, são apontados como essenciais para suas descobertas, já que posto frente a frente à “questões econômicas” (Netto, 2020, p. 65) que por si só, não tinha condições de responder, teria que estudar com afinco para ter a capacidade teórica de compreendê-las.

Desde então, Marx vai se distanciando crescentemente, até romper com o seu aparato teórico-filosófico ligado ao idealismo hegeliano. Nas palavras do próprio autor:

Em 1842-1843, na qualidade de redator da Rheinische Zeitung (Gazeta Renana), encontrei-me, pela primeira vez, na embaraçosa obrigação de opinar sobre os chamados interesses materiais. Os debates do Landtag [parlamento - alemão] renano sobre os delitos florestais e o parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que o sr. Von Schaper, então governador da província renana, travou com a Gazeta Renana sobre as condições de existência dos camponeses do Mosela, as discussões, por último, sobre o livre-câmbio e o protecionismo, proporcionaram-me os primeiros motivos para que eu comesse a me ocupar das questões econômicas. (Marx, 2008, p.46).

Diante dessas situações econômicas e da insuficiência de respondê-las com aparatos teóricos idealistas, Marx relata que se “retira para o gabinete de estudos”, quando ele realiza uma revisão crítica da filosofia do direito de Hegel¹.

Ele passa a considerar, conforme declara neste importante documento que estamos referenciando, que “relações jurídicas”, “formas de Estado”, formas de consciência e de ideologia, não podem ser tomadas, consideradas, desde si, “nem pela chamada evolução geral do espírito humano” mas que, antes, elas se “enraízam” nas relações da “sociedade civil”, no chão sócio material da sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*), e que a anatomia, quer dizer, as formas e as estruturas desta sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*) devem ser buscadas na economia política (Marx, 2008, p.47). Confrontando e criticando desde então os filósofos e economistas clássicos. Nas palavras do próprio autor:

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século XVIII, compreendia sob o nome de "sociedade civil". Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. (Marx, 2008, p.47).

Assim, temos, a partir das palavras do próprio autor, o registro dos seus primeiros movimentos na direção da crítica da economia política. Nas palavras bem elaboradas do Prefácio de 1859, que além de atestar esses movimentos iniciais e críticos do autor já trazem conquistas que vão se constituindo nos anos seguintes, em textos como os *Manuscritos Econômico-filosóficos* (1844), *A Ideologia Alemã* (1846) e a *Miséria da Filosofia* (1847), entre outros, temos que:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (Marx, 2008, p.47).

¹ Texto que também ficou conhecido como “Glosas de Kreuznach”. Publicado em 2003 pela Boitempo: “Crítica da filosofia do direito de Hegel”.

Essas palavras já dão conta de traços decisivos da emergência de uma teoria social crítica, original, que será desenvolvida pelo autor nos anos seguintes.

Nesses movimentos iniciais de pesquisa, interessa demarcar inicialmente como essas aquisições aparecem nos *Manuscritos Econômico-filosóficos* de 1844, primeiro trabalho de Marx concentrado na “anatomia da sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*)”, na crítica da economia política, quando o autor está vivendo em Paris. Cabe lembrar que “Paris, naqueles anos 1840, era a caixa de ressonância das lutas sociais que pipocaram por todo o país” (Netto, 2020, p. 79).

Cabe mencionar que o interesse da pesquisa está também em investigar quais são as categorias que inauguram essa crítica de Marx aos economistas burgueses, para depois buscar situá-las no quadro mais amplo da própria obra marxiana.

1.2 Primeiras aproximações às categorias do Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844

Conforme referido na introdução, os resultados que seguem apresentados foram obtidos a partir de pesquisa de iniciação científica realizada pela autora deste TCC em 2023, em movimentos que compreenderam inicialmente análise imanente e rastreamento do próprio de texto de Marx, quando foram identificadas, em termos aproximativos, várias categorias pensadas criticamente por Marx, nos seus primeiros confrontos com a economia política.

Cabe ressaltar que nesse itinerário de pesquisa, houve oportunidade de participação da autora deste TCC em uma Mostra de Iniciação Científica da Semana Acadêmica do Curso de Serviço Social da UFOP, realizada em julho de 2023, quando foi apresentado, em primeira aproximação, um conjunto de categorias que revelam mais de perto a nascente crítica da economia política de Karl Marx. São elas:

"Trabalho acumulado"; "mais produtos"; "meios de existência" e da "atividade" dos trabalhadores como "propriedade alheia"; "sobretabalho"; "acúmulo de capitais"; "sobreprodução"; "salário" como "dedução que o capital permite chegar ao produtor"; "capital" como "quantidade de trabalho armazenado e posto sob reserva"; a "separação" entre "valor e desvalorização do homem"; "mais objetos"; "valorização

do mundo das coisas e desvalorização do mundo dos homens"; "quanto mais o trabalhador se desgasta", "tanto mais poderoso o mundo alheio"; "quanto mais o trabalhador produz", "quanto mais valores cria, mais sem valor e indigno ele se torna"; "o trabalhador tem a infelicidade de ser um capital vivo"; "o trabalhador produz o capital, o capital produz o trabalhador"; "trabalho do trabalhador" "estacionado numa abstração"; "a existência do trabalhador [...] é reduzida à condição de qualquer outra mercadoria"; "o trabalhador reduzido" "a um trabalho unilateral, maquinal", "corpórea e espiritualmente reduzido à máquina, a uma atividade abstrata e uma barriga"; ao "trabalhador a parte mínima para ele existir como trabalhador"; "reduzido a um trabalho unilateral, abstrato"; "animal de trabalho, reduzido às mais estritas necessidades corporais"; "o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria"; "se priva dos meios de vida"; "sua atividade pertence a outro".

Essas categorias, todas elas explicitadas nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, dão uma primeira ideia da presença e da força crítica das elaborações originais de Karl Marx.

A seguir, apresentaremos mais cuidadosamente, sem a pretensão de uma análise exaustiva, como essas categorias aparecem e são tratadas pelo autor.

1.3 Com as categorias da economia política, contra as categorias da economia política: salário, lucro do capital e renda da terra

As formulações originais de Marx à crítica da economia política nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* podem ser identificadas pelo acompanhamento de como o autor retoma categorias, "enunciados e leis" da economia política, ou seja, como autor acompanha os passos da economia política para mostrar seus limites, suas contradições e seu caráter burguês.

Marx faz isso acompanhando criticamente, em sequência, os tópicos: "salário", "ganho do capital" e "renda da terra".

Já nas primeiras palavras, sobre o "salário", trazendo criticamente Smith, Marx diz: "O salário é determinado mediante o confronto hostil entre capitalista e trabalhador" (Marx, 2004, p. 31). O salário então é algo resultante desse movimento, embate em que o capitalista utiliza da força do trabalhador que resulta no salário e ao mesmo tempo em seu próprio "mamon", buscando maximizar (o capitalista quer

ganhar mais, lucrar mais e pagar menos, o trabalhador quer ganhar mais para reprodução de sua própria existência...é possível identificar certa dimensão política desse embate, no limite do confronto pernicioso para o trabalhador e favorável ao capitalista.

Assim, na sequência, Marx desmistifica qualquer igualdade abstrata entre os ganhos de proprietários de capital e de trabalhadores:

...o proprietário fundiário e o capitalista podem acrescentar vantagens industriais aos seus rendimentos, [ao passo que] o trabalhador [não pode acrescentar] nem renda fundiária, nem juro do capital (Capital interesse) ao seu ordenado industrial. (Marx, 2021, p. 31).

Além disso, em outro argumento, é possível identificar e destacar um tema que Marx já percebe, que será desenvolvido nos anos seguintes, e que será decisivo também na sua crítica da economia política de maturidade, quando ele discute a “propriedade privada dos meios de produção”, a expropriação e separação do trabalhador dos seus meios de subsistência e dos seus meios de produção, uma resposta inicial às considerações a-históricas dos economistas políticos clássicos. Nas palavras do autor:

Portanto, somente para o trabalhador a separação de capital, propriedade da terra e trabalho é uma separação necessária, essencial e perniciosa. Capital e propriedade fundiária não precisam estacionar nessa abstração, mas o trabalho do trabalhador, sim (Marx, 2021, p.31).

Prosseguindo sua leitura crítica de A. Smith, Marx continua buscando decifrar e se aproximar de uma clareza e explicação maiores acerca do salário e das categorias econômicas, como se vê nas seguintes palavras:

A taxa mais baixa e unicamente necessária para o salário é a subsistência do trabalhador durante o trabalho, e ainda [o bastante] para que ele possa sustentar uma família e [para que] a raça dos trabalhadores não se extinga. O salário habitual é, segundo Smith, o mais baixo que é compatível com a simples humanidade (simple humanité), isto é, com uma existência animal. (Marx, 2021, p.31)

Se antes, o salário era considerado a partir do confronto hostil entre capitalista e trabalhador, agora, ele é pensado a partir do mínimo necessário² para a subsistência e reprodução de uma simples humanidade, reduzida à animalidade.

Tratando de relações mercantis de oferta e procura, Marx afirma criticamente

² Em “O Capital”, a determinação do salário liga-se ao mínimo necessário, nos termos do tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzir a mercadoria força de trabalho.

a partir de Smith, enfatizando novamente o embate hostil, que:

A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e é uma sorte para ele conseguir chegar ao homem que se interesse por ele. E a procura, da qual a vida do trabalhador depende, depende do capricho do rico e capitalista. (Marx, 2021, p. 32)

Nessa redução, Marx vai apontando que o trabalhador fica submetido ao capital, às exigências de caráter explorador do capitalista e a restrição do trabalhador ao que ele entende como “uma determinada esfera do trabalho”, significando pode-se indicar, a destituição do trabalho como totalidade concreta.

Acontece que na divisão social capitalista do trabalho, ocorre uma especialização e unilateralização do trabalho e do trabalhador.

Essa restrição em relação à atividade concreta se mostra também na participação do produtor, em relação à produção e ao seu produto, de forma igualmente restrita e miserável, no caso uma participação abaixo do mínimo necessário para a sua subsistência.

E é precisamente a capacidade do capitalista em dar outra direção ao seu capital que: ou submete o trabalhador (ouvrier) – restringido a uma determinada esfera do trabalho – à fome, ou o obriga a sujeitar-se a todas as exigências desse capitalista. ” (Marx, 2021, p.32)

É importante notar que as elaborações de Marx nessas páginas, acompanhando a crítica da economia política se movimentam em boa medida em torno de questões ligadas ao mercado, como oscilações de oferta e procura, sendo que, ao seu ver, o trabalhador perde em todas as situações: *“os preços do trabalho são muito mais constantes do que os preços dos meios de vida”; “os preços de trabalho das diferentes espécies de trabalhos são muito mais diversos do que os ganhos dos diferentes ramos nos quais o capital se aplica”* (Marx, 2010, pp. 33-34).

Prosseguindo, Marx considera três situações em que uma sociedade pode se encontrar: 1- de declínio, que traz penúrias máximas aos trabalhadores enquanto classe, “miséria progressiva”; 2- de riqueza progressiva, que impele ao sobretrabalho e outras consequências, onde os trabalhadores se encontram em “miséria complicada”; 3 - De riqueza plena, onde os trabalhadores se encontram em “miséria estacionária”

Precisamente neste ponto, é possível identificar formas iniciais críticas da decifração do capital por Marx em expressões como “sobretrabalho”, “trabalho

acumulado”, nas relações contraditórias da apropriação ou da propriedade dos “mais produtos” ou produtos excedentes, produtos do mais trabalho. Também é possível identificar aqui as primeiras elaborações já claras e enérgicas do que o autor apreende como: “trabalho alienado”, também relevante para o capital.

Dada a importância dessas passagens para as ideias defendidas neste trabalho de conclusão de curso, a seguir serão citadas importantes frases, elaborações e passagens do autor:

α) contanto que se acumule muito trabalho, porque o capital é trabalho acumulado; portanto, na medida em que sejam retirados das mãos do trabalhador cada vez mais produtos seus, que o seu próprio trabalho cada vez mais se lhe defronte como propriedade alheia, e cada vez mais os meios de sua existência e de sua atividade se concentrem na mão do capitalista. (Marx, 2021, p. 34)³.

“Sobretrebalho” aponta uma das estratégias extremas das quais capital lança mão para maximizar seus ganhos/lucros, para o grau de exploração da força de trabalho, o que nas elaborações de maturidade será denunciado, por exemplo nos expedientes de prolongamento da jornada de trabalho (mais valia absoluta), da remuneração abaixo do mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho e da vida do trabalhador (violação da lei do valor).

Ademais, morte por fome ou mendicância aponta para situações onde segmentos da classe trabalhadora encontram-se à margem ou fora da esfera produtiva.

Afirmativamente, portanto, é possível identificar então essas formas mais remotas de categorias da realidade econômica. Como se constata também na seguinte passagem:

Mesmo na situação de sociedade que é mais favorável ao trabalhador, a consequência necessária para ele é, portanto, sobretrebalho e morte prematura, descer à [condição de] máquina, de servo do capital que se acumula perigosamente diante dele, nova concorrência, morte por fome ou mendicância de uma parte dos trabalhadores (Marx, 2021, p. 35).

Além das formas debatidas por Marx nessas passagens, é possível observar que ele consegue ir além, em possíveis decifrações de categorias da maturidade,

³ Vale registrar aqui o trecho no original alemão: α) dadurch, daß viele Arbeit zusammengehäuft wird, denn Kapital ist aufgehäufte Arbeit; also dadurch, daß dem Arbeiter immer mehr von seinen Produkten [mais produtos] aus der Hand genommen wird, daß seine eigene Arbeit ihm immer mehr als fremdes Eigentum [propriedade alheia] gegenübertritt und die Mittel seiner Existenz und seiner Tätigkeit immer mehr in der Hand d[es] Kapitalisten sich konzentrieren. (Marx, 1968 p. 8).

como a divisão do trabalho que culmina na acumulação de capital, inversamente e diretamente conectadas.

β) a acumulação do capital aumenta a divisão do trabalho, a divisão do trabalho aumenta o número de trabalhadores; inversamente, o número de trabalhadores aumenta a divisão do trabalho, assim como a divisão do trabalho aumenta o acúmulo de capitais (MARX, 2021 p. 34)⁴.

O autor desenvolve ainda como essa divisão social do trabalho e essa acumulação de capitais impacta os trabalhadores:

Com esta divisão do trabalho, por um lado, e o acúmulo de capitais, por outro, o trabalhador torna-se sempre mais puramente dependente do trabalho, e de um trabalho determinado, muito unilateral, maquinal. Assim como é, portanto, corpórea e espiritualmente reduzido à máquina – e de um homem [é reduzido] a uma atividade abstrata e uma barriga –, assim também se torna cada vez mais dependente de todas as flutuações do preço de mercado, do emprego dos capitais e do capricho do rico. De igual modo, o crescimento da classe de homens que [IV] apenas trabalha aumenta a concorrência dos trabalhadores, portanto o seu preço baixa. Na essência do sistema fabril, esta posição do trabalhador atinge o seu ponto culminante (Marx, 2021, pp. 34-35).

A equiparação do trabalhador à máquina significa redução do mesmo ao instrumento da produção, a uma mercadoria servil ao capital, portanto, de certa forma, a uma abstração da concretude do trabalho.

Neste ponto, Marx indica claramente onde levam os enunciados da economia política clássica, suas contradições, no caso, na obra de Adam Smith:

Ele nos diz que, originária e conceitualmente, o produto total do trabalho pertence ao trabalhador. Mas ele nos diz, ao mesmo tempo, que, na realidade efetiva (Wirklichkeit), ao trabalhador pertence a parte mínima e mais indispensável do produto; somente tanto quanto for necessário para ele existir, não como ser humano, mas como trabalhador, não para ele continuar reproduzindo a humanidade, mas sim a classe de escravos [que é a] dos trabalhadores (Marx, 2021, p. 37).

Diz-nos o economista nacional que tudo é comprado com trabalho, e que o capital nada mais é do que trabalho acumulado. Mas ele nos diz, simultaneamente, que o trabalhador, longe de poder comprar tudo, tem de vender-se a si próprio e a sua humanidade (Marx, 2021, p. 37).

Assim como Marx toma as categorias da economia política e acompanha os enunciados dos economistas para ao mesmo tempo se dirigir contra as categorias da economia política, analisando, no caso, o “salário”, o autor também procede

⁴ β) Die Häufung des Kapitals vermehrt die Teilung der Arbeit, die Teilung der Arbeit vermehrt die Zahl der Arbeiter; umgekehrt vermehrt die Zahl der Arbeiter die Teilung der Arbeit, wie die Teilung der Arbeit die Aufhäufung der Kapitalien vermehrt. Mit dieser Teilung der Arbeit einerseits und der Häufung der Kapitalien andererseits wird der Arbeiter immer mehr rein von der (MARX, 1968, p. 8).

criticamente em relação ao “ganho do capital”, quer dizer, ao “lucro do capital”, e à “renda da terra”.

Segundo o economista nacional, enquanto o trabalho é o único meio pelo qual o homem aumenta o valor dos produtos da natureza, enquanto o trabalho é sua propriedade ativa, na opinião da mesma economia nacional o proprietário fundiário e o capitalista – que, enquanto proprietário fundiário e capitalista, são meramente deuses privilegiados e ociosos – sobrepujam por toda parte o trabalhador e lhe ditam leis (Marx, 2021, p.38).

Marx considera que o desenvolvimento da “divisão do trabalho” e das “forças produtivas do trabalho” encontra-se em contradição com a situação do trabalhador nessa sociedade burguesa:

Enquanto a divisão do trabalho eleva a força produtiva do trabalho, a riqueza e o aprimoramento da sociedade, ela empobrece o trabalhador até [a condição de] máquina. Enquanto o trabalho suscita o acúmulo de capitais e, com isso, o progressivo bem-estar da sociedade, a divisão do trabalho mantém o trabalhador sempre mais dependente do capitalista, leva-o a maior concorrência, impele-o à caça da sobreprodução, que é seguida por uma correspondente queda de intensidade (Marx, 2021, p. 38).

Demarcando sua posição crítica, diz Marx:

Afirmo, porém, que o trabalho – não apenas sob as condições atuais, mas também na medida em que, em geral, sua finalidade é a mera ampliação da riqueza – é pernicioso, funesto. Isso decorre, sem que o economista nacional o saiba, de seus próprios desenvolvimentos. Segundo o conceito, renda fundiária e ganho de capital são deduções que o salário sofre. Mas, na realidade efetiva, o salário é uma dedução que terra e capital permitem chegar ao trabalhador, uma concessão do produto do trabalho ao trabalhador, ao trabalho (Marx, 2021, p. 39).

É evidente por si mesmo que a economia nacional considere apenas como trabalhador o proletário, isto é, aquele que, sem capital e renda da terra, vive puramente do trabalho, e de um trabalho unilateral, abstrato. Ela pode, por isso, estabelecer a proposição de que ele, tal como todo cavalo, tem de receber o suficiente para poder trabalhar. Ela não o considera como homem no seu tempo livre-de-trabalho (arbeitslose Zeit), mas deixa, antes, essa consideração para a justiça criminal, os médicos, a religião, as tabelas estatísticas, a política e o curador da miséria social (Bettelvogt) (Marx, 2021, pp. 39-40).

Passaremos neste ponto a trazer críticas de Marx aos economistas no tópico dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* sobre o “ganho do capital”, onde o autor critica e energicamente afirma que a base do capital é “a propriedade privada dos produtos do trabalho alheio” (Marx, 2021, p. 55).

Citando J. B. Say e A. Smith, Marx acrescenta criticamente que “o capital é” “o poder de governo sobre o trabalho e os seus produtos” (MARX, 2004, 40).

Nas passagens que cita de Smith, tem-se que capital é “uma certa quantidade de trabalho armazenado e posto sob reserva”, é “*fonds*”, quer dizer, “fundos”, e é “*Stock*”, quer dizer, “cada acúmulo de produtos da terra e do trabalho manufaturado” (Marx, 2021, p. 56).

Ainda acompanhando Smith, Marx comenta que “o capitalista extrai” “em primeiro lugar um ganho do salário, e em segundo, da matéria-prima adiantada” (Marx, 2021, p. 57).

A respeito das proporções e taxas de ganho do capital, Marx comenta ironicamente: “fora todas as vantagens de uma baixa concorrência que o capitalista, nesta situação, pode explorar, ele pode manter, de um modo honesto, o preço de mercado acima do preço natural” (Marx, 2021, p. 58).

Essa e mais algumas passagens de Marx até o fim dessa parte da obra, nos mostram que o grande capitalista, ao contrário do pequeno, terá sempre as vantagens e o capital para si.

Marx dá continuidade à crítica do sistema da propriedade privada e seu defronte com a sociedade, demonstrando o papel da concorrência e suas consequências para os capitalistas. Onde os grandes capitalistas detêm vantagens estruturais que não estão ao alcance do pequeno capitalista, possibilitando-lhe uma acumulação mais rápida e robusta, que culmina na acumulação em poucas mãos. Além do fato que a existência dessa concorrência, explicita que:

(...) a concorrência só é possível porque os capitais se multiplicam e, sem dúvida, em muitas mãos. A formação de muitos capitais só é possível mediante uma acumulação multilateral porque, em geral, o capital só surge por acumulação, e a acumulação multilateral transforma-se necessariamente em [acumulação] unilateral. A concorrência entre os capitais aumenta a acumulação entre os capitais (Marx, 2021, p. 62).

O pequeno capitalista, por sua vez, encontra-se fadado a permanecer em posição subordinada, sempre subjugado ao grande capitalista, uma vez que o capitalista vive de juros.

O trabalho humano, embora produza inúmeros capitais, não tem seu salário elevado, ao se desefetivar como humano; ao contrário, quanto maior a participação humana na mercadoria, “tanto maior é o ganho do capital morto” (Marx, 2004, p.59).

Sendo assim, o objetivo do capitalista é somente a acumulação, o que faz com que seus interesses jamais coincidam com os da sociedade em geral, defrontando-se com ela de forma hostil (Marx, 2004, p. 61).

Tais afirmações são cruciais, pois guardam elementos que se desdobrarão em sua obra madura, na qual a teoria do valor e a luta de classes assumem caráter nuclear e basilar. É a partir desses estudos que se delineiam os fundamentos dessa formulação teórica.

As análises acima sobre “salário” e “ganho do capital” são suficientes para os propósitos deste TCC. Não adentraremos, assim, detalhadamente nos estudos de Marx sobre a “renda da terra” do primeiro manuscrito. Nesta parte dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, o autor traz como um dos pontos importantes para a acumulação, a exploração das terras que ocorre nas propriedades fundiárias, que já abandonaram o seu caráter feudal e assumiram um caráter industrial (Marx, 2021, p. 102).

A acumulação dos capitais aumenta e a sua concorrência diminui quando capital e posse fundiária se encontram reunidos em uma [só] mão, da mesma forma quando o capital se torna, em virtude da sua grandeza, capaz de combinar diversos ramos da produção. Indiferença em relação aos homens (Marx, 2021 pp. 72-73).

Essa venda ao desbarato (Verschacherung) da propriedade fundiária, a transformação da propriedade fundiária numa mercadoria é a ruína final da velha aristocracia e o aperfeiçoamento final da aristocracia do dinheiro (Marx, 2021, p. 97).

Agora que elucidamos essa parte seminal da obra, podemos avançar para entender que, para Marx, desde essas primeiras elaborações “trabalho acumulado” significa “trabalho alienado”, “trabalho estranhado”, “expropriado”, nas relações da propriedade privada capitalista. Como será visto no tópico seguinte.

1.4 O centro da nascente crítica da economia política: trabalho alienado e estranhamento

Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, preenchido o primeiro manuscrito e os primeiros esboços críticos da literatura da economia política burguesa, conforme acima apresentado, bem como da leitura de alguns autores e militantes socialistas utópicos, Marx diz claramente que parte, nas suas análises, do reconhecimento de um “fato político-econômico atual”, “presente” (Marx, 2021, p. 114), qual seja, a relação de externalidade hostil do produtor em relação aos produtos que produz, com os quais se defronta como propriedade alheia e poder

estranho, sob o qual se encontra subjugado (Silva, 2012, p. 42). Ao contrário dos economistas clássicos, e a partir de suas próprias palavras, constata-se que:

...o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência (Macht) e à grandeza (Grösse) da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio, que no fim a diferença entre o capitalista e o rentista fundiário (Grundrentner) desaparece, assim como entre o agricultor e o trabalhador em manufatura, e que, no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade (Marx, 2021, p.112).

O autor avança nesse momento para a consideração e análise das formas ativas, práticas, dessas relações fenomênicas: o trabalho estranhado, alienado, nas engrenagens da indústria capitalista. À relação externa produtor-produto corresponde a relação interna e ativa, na esfera produtiva da indústria capitalista, da produção da riqueza como desprodução vital do produtor, do trabalhador.

Encontramos aqui um tipo de elaboração que pode ser considerado como embrionário da categoria da mais-valia: o trabalho estranhado-alienado correspondente à transferência e perda de si do trabalhador, de suas energias e forças vitais, em sua atividade, nas relações da propriedade privada, da expropriação dessas forças e riquezas do trabalho pelo capitalista.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (Marx, 2021 p. 114).

Como se sabe, Marx está nesse período às voltas com a crítica da filosofia hegeliana, e num diálogo intenso também com os filósofos neohegelianos, entre eles L. Feuerbach.

De modo que suas reflexões transitam com muita energia e potência de considerações que vão das formas empíricas e cotidianas da vida humana no capitalismo, perpassando mediações propriamente científicas e alcançando enunciados mais gerais, de caráter filosófico, como o seguinte: “na forma da atividade reside o caráter de um species” (Marx, 2004, p. 121).

É interessante e instrutivo observar que este enunciado é pensado e desenvolvido tanto em sentido mais geral, quando o autor compara e diferencia as

formas da atividade animal e humana, investigando e extraindo dessas comparações e diferenciações consequências bastante instigantes e fecundas. Por outro lado, deste mesmo enunciado, o autor, por assim dizer, “desce” às formas prático-sensíveis dessa forma da atividade no capitalismo, ao trabalho estranhado e suas consequências, entre as quais estão aquelas, por exemplo, da pauperização dos trabalhadores, para formar a partir daí generalizações potentes, do tipo: a produção de riqueza como desprodução do produtor, a expropriação dos seus meios de vida, o aparta e priva da própria natureza e da própria generidade humana (Marx, 2021, p 121)

Encontramos na passagem abaixo outro ponto indicativo das formas germinais da mais-valia:

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria [mehr Werte], mais sem-valor [wertloser] e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador” (Marx, 2010, p. 116-117)⁵.

É muito interessante que aqui, como em várias outras passagens, apareça como um componente central da análise científica a palavra “mais”, Mehr, decisiva na apreensão da contradição e da contraposição: “mais (Mehr) x menos”, em raciocínios onde ao mais-trabalho, ao mais-produto, ao mais-valor, corresponde “o menos” do trabalhador, do produtor, desvalorizado, que, como dito acima, transfere e perde suas energias vitais na forma da atividade e da sociabilidade da propriedade privada. O que se expressa como par categorial “alienação e estranhamento”.

O trabalho como atividade alienada e estranhada não seria para o uso de quem o produz, de modo que o trabalhador se desefetiva ao invés de se efetivar, se desumanizando nesse processo, perdendo não somente o que produz através do trabalho, mas a si próprio, seu “mundo interior” (Marx, 2021, p. 115). Há uma intenção da economia política em obscurecer a realidade que existe na essência da

⁵ No original alemão: “Die Entfremdung des Arbeiters in seinem Gegenstand drückt sich nach nationalökonomischen Gesetzen so aus, daß je mehr der Arbeiter produziert, er umso weniger zu konsumieren hat, daß je mehr Werte er schafft, er umso wertloser und so unwürdiger wird, daß, je geformter sein Produkt, umso mißförmiger der Arbeiter, daß, je zivilisierter sein Gegenstand, umso barbarischer der Arbeiter, daß, umso mächtiger die Arbeit, umso ohnmächtiger der Arbeiter wird, daß, je geistreicher die Arbeit, umso mehr geistloser und Naturknecht der Arbeiter wird” (Marx, 1968, p. 58).

produção trabalho, como se houvesse apenas um lado de ganhos e proveitos, deixando de lado a parte real desse sistema, onde o trabalhador se torna cada vez mais sem valor, a medida dos valores que cria.

E nessa desvalorização e desefetivação ele se torna estranho, estranho de si, da sua natureza, do seu próprio gênero. “Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada”. (Marx, 2021, p. 120). O não reconhecimento do trabalhador nas relações da propriedade privada é decifrado por Marx como estranhamento, o trabalhador ao se alienar se estranha.

O trabalho nas relações de propriedade privada é algo penoso, brutal ao trabalhador, que somente sente a si próprio nos momentos em que não está trabalhando. Ao contrário do que é dito por ditados populares como “o trabalho dignifica o homem” ou máximas apreendidas como a de que “o trabalho duro gerará frutos”, nas relações da propriedade privada o trabalho alienado é interessante para os grandes capitalistas, e mais uma vez, pernicioso ao trabalhador.

Assim, o que tem se em Marx é a defesa do trabalho e da atividade humana como meio e como fim na produção de bens e na satisfação necessidades humanas, abrindo campo para um “reino” de liberdades e “sentimentos” (Marx, 2012, p. 322) cada vez mais sociais, nas diversas esferas do ser, e não, no trabalho como atividade e meio de produção, feito por meio de uma divisão social e unilateral, na qual os interesses são voltados sumariamente ao acúmulo de capital, onde nessas relações de produção o que ocorre são relações de expropriação de forças sociais, do trabalho alienado.

Na passagem a seguir, Marx usa como exemplo a religião, e explica que, assim como ela, a autoatividade da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, atua independentemente do indivíduo e sobre ele, isto é, como uma atividade estranha, divina ou diabólica”, assim também a atividade do trabalhador não é a sua autoatividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo.

A externalidade (Äusserlichkeit) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. (Marx, 2021 p. 118)

Esse trabalho compulsório, obrigatório onde o homem se exterioriza e se aliena é visto por Marx como um trabalho de auto sacrifício, de mortificação, e a mortificação arruína seu espírito (Marx, 2021, p. 118).

Como indicado acima, Marx toma a referência da forma da atividade, compara as diferenças entre seres humanos e animais, considera a forma da atividade alienada e estranhada no capitalismo, concluindo que nessas relações o ser humano se rebaixa em relação animal.

Mais adiante, no terceiro manuscrito, tomando também essa referência da forma da atividade, ele trata do “comunismo enquanto suprassunção da propriedade privada”, que, segundo Marx:

...é a vindicação da vida humana efetiva enquanto sua propriedade, é o vir-a-ser do humanismo prático; ou o ateísmo é o humanismo mediado consigo pela supressão da religião, o comunismo é o humanismo mediado consigo mediante a suprassunção da propriedade privada. (Marx, 2021, p. 193)

Tendo em vista esse pressuposto, ele desenvolve um conjunto de considerações razoáveis da “exteriorização da vida” [*Lebensäußerung*] como realização da vida, e não mais a “exteriorização da vida” como “alienação da vida” [*Lebensentäußerung*] (Marx, 2021, p 195).

1.5 Rearticulação dos elementos investigados e síntese

Como visto nos tópicos acima, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, Marx começa a tratar com genialidade inédita sua “teoria da alienação” que estará presente em toda sua obra posterior (Netto, 2020, p.104).

Constatamos que no decorrer dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, emergem categorias decisivas como “trabalho acumulado”, “sobretabalho”, “mais produtos”, “acúmulo de capitais” e “trabalho alienado”, que anunciam, de forma ainda germinal, desenvolvimentos posteriores da crítica da economia política.

Tendo em vista o conjunto de considerações debatidas nos tópicos anteriores, trataremos nesse momento de rearticular as aquisições nas análises sobre: “salário”, “ganhos do capital”, “renda terra” e “trabalho estranhado e propriedade privada”.

Segundo Netto, (2020, p. 77) é em Paris que Marx “...experimentará a notável inflexão cujas implicações pautaram todo o percurso de sua vida...” se tratando de

um momento onde o autor se encontra diretamente com o proletariado e com os estudos intensos da leitura crítica da economia política clássica”, principalmente de A. Smith e D. Ricardo, notórios teóricos a quem Marx se apoia, e mais importante, vai além.

A fim de corroborar as aquisições de Marx acima estudadas, vale mencionar que, em agosto de 1844, além de redigir os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx também publica o artigo *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano*, no qual ele trata como ponto chave a insurreição dos tecelões da Silésia e da miséria latente naquela região da Alemanha, que ao contrário das “avançadas burguesias” (Netto, 2020, p. 78) de Inglaterra e França, ainda se tratava de um país “não político”, segundo as teses de Ruge⁶. Esse artigo, no qual ele se opõe à Ruge (o Prussiano), e ao Rei, um por se limitar ao “trato político” somente, e não às causas do pauperismo, (Netto, 2020, p. 87) e o outro somente por incumbir e punir a população miserável da miséria que a acomete. Segundo Marx:

Uma revolução social se situa do ponto de vista da totalidade porque - mesmo que aconteça apenas em um distrito industrial - ela é um protesto do homem contra a vida desumanizada, porque parte do ponto de vista do indivíduo singular real, porque a comunidade, contra cuja separação o indivíduo reage, é a verdadeira comunidade do homem, é a essência humana. Ao contrário, a alma política de uma revolução consiste na tendência das classes politicamente privadas de influência a superar o seu isolamento do Estado e do poder. O seu ponto de vista é aquele do Estado, de uma totalidade abstrata, que subsiste apenas através da separação da vida real, que é impensável sem o antagonismo organizado entre a idéia geral e a existência individual do homem. Por isso, uma revolução com alma política organiza também, de acordo com a natureza limitada e discorde dessa alma, um círculo dirigente na sociedade às custas da sociedade (Marx, 1995).

Nessa passagem fica explícito o avanço do pensamento de Marx, que tem ligação direta com seu encontro crítico e combativo com a “burguesia avançada”, e principalmente, seu alinhamento com o movimento operário, o proletariado.

Nesse momento, a partir desse processo de “descobertas”, é que Marx enxerga no caráter hostil deste confronto, da luta entre as classes sociais, categorial e essencial para as obras seguintes, sua importância fulcral para uma revolução política com alma e finalidades sociais.

⁶ Arnold Ruge (1802-1880), um filósofo e escritor radical alemão, conhecido por colaborar com Karl Marx na revista *Anais Franco-Alemães* e por suas atividades no liberalismo alemão.

As apreensões nesse período jamais serão abandonadas em suas obras futuras, diferenciando sua teoria social de toda a limitada teoria econômica escrita até então.

Marx, nesses estudos críticos, percebe o limite dos economistas clássicos na decifração real da propriedade privada, em sua maneira de “dissimular” a posição desigual e contraditória dos agentes econômicos: capitalistas, proprietários fundiários e trabalhadores, assim como a forma que, para o trabalhador existe uma separação perniciosa entre capital, propriedade da terra e trabalho, lembrando aquilo que mais tarde Marx traz no livro I de “*O Capital*” sobre “o caracol e a concha”: a separação dos trabalhadores dos seus meios de subsistência e dos seus meios de produção no capitalismo (Marx, 2013, p. 538).

Tendo em vista que o trabalhador, nessas relações sociais da propriedade privada e de divisão do trabalho é uma mercadoria como qualquer uma outra, e que o capitalista precisa maximizar seus lucros, Marx, amparando-se e indo além dos estudos mercantis de Smith, explica que o salário é formado a partir do mínimo necessário para a subsistência e reprodução de uma simples humanidade do trabalhador e sua família, uma dedução que terra e capital permitem chegar ao trabalhador reduzindo a existência a uma animalidade, na qual o trabalhador se submete a inúmeras desvantagens.

Como citado anteriormente, as consequências para o trabalhador é a redução a uma “simples humanidade” ou rebaixamento a uma “existência animal” (Marx, 2010, p. 32), já que o baixo salário contribui diretamente para a degradação de sua vida.

Ainda no tópico “salário” temos importantes termos como: o estranhamento do trabalhador, redução do mesmo à uma máquina, a abstração e unilateralização, necessárias para a produção, e dessa forma, o capital aparece, assim, como trabalho acumulado e apropriado privadamente, sendo dependente do trabalho alienado e do capitalista.

O trabalhador, ao produzir riqueza, se empobrece, e quanto mais valor cria, mais se desvaloriza, e que a valorização do mundo das coisas corresponde à desvalorização do mundo dos homens.

Ao longo deste trabalho, temos dito que Marx avança em relação às teorias dos economistas clássicos, mas de que maneira isso acontece? Como Marx, traz os

economistas políticos e ao mesmo tempo os supera? Esse avanço trazido pelo autor, se deve à sua capacidade, em enxergar além do lucro, da indústria e do acúmulo de capital. Os economistas entendem essas categorias, sabem que o capital gera excedente econômico, mas não apreendem o caráter e a importância do trabalho alienado, da alienação. Vale retomar que, segundo Marx:

A elevação do salário pressupõe o acúmulo de capital, e conduz a ele. Torna, portanto, o produto do trabalho cada vez mais estranho perante o trabalhador. De igual modo, a divisão do trabalho torna-o cada vez mais unilateral e dependente, assim como acarreta a concorrência não só dos homens, mas também entre máquinas. Posto que o trabalhador baixou à [condição de] máquina, a máquina pode enfrentá-lo como concorrente (Marx, 2010, p. 36).

Marx evidencia os limites, as contradições e o caráter burguês dessas categorias, revelando a propriedade privada, a expropriação do trabalhador e sua separação dos meios de subsistência como determinações fundamentais da sociabilidade capitalista, além de criticar a visão benéfica para a sociedade que esses economistas possuem sobre a acumulação.

O autor desenvolve até aqui informações fulcrais, porém não avança em ideias que serão desenvolvidas posteriormente, tais como: (i): determinação do valor a partir do tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, a partir de uma teoria do valor; (ii:) o trabalho abstrato como dispêndio de energias corporais e mentais gerais no tempo (Marx, 2013).

Um dos pontos que fazem esses *Manuscritos Econômico-Filosóficos* não serem somente econômicos, mas sim, também filosóficos, está na reflexão feita por Marx na relação entre homem e natureza, onde, ao ter sua vida sugada e objetivada no objeto, e consequentemente pelo possuidor capitalista, onde a acumulação de capitais é efetivada, concentrando a produção humana como ser fruição para um outro e alegria de viver para um outro (Marx, 2021, p. 124).

O homem, necessita da natureza para efetivar o trabalho. Porém, o que se ganha com esse trabalho, não ficará com o trabalhador e sim com o capitalista. Essa condição, vai contra o ser genérico consciente, que produz apenas para sua própria reprodução. Ao contrário dos animais, o homem se vê na posição de produzir para a acumulação, e como visto acima, ele se aliena, sobrando apenas o necessário (ou abaixo do necessário) para sua própria reprodução.

A análise do trabalho estranhado juntamente das determinações econômicas da sociabilidade capitalista constitui, portanto, um ponto decisivo nas origens da crítica da economia política de Karl Marx, orientada não apenas à interpretação do mundo, mas à sua potente transformação revolucionária e emancipatória.

Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada (Marx, 2021 pp. 120-121).

Comer, beber e procriar etc., são também, é verdade, funções genuína[mente] humanas. Porém na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas, são [funções] animais (Marx 2021, p. 119).

O animal produz de acordo com suas necessidades biológicas e naturais, já o ser humano, inserido em um meio de produção de capital, o trabalhador, produz em busca de um salário, para que tenha mínimas condições de sobrevivência. Na busca desse salário, ele se vê compelido ao trabalho alienado, se sujeitando ao capitalista em longas e árduas jornadas, despendendo e perdendo energias físicas e mentais que se encontram no objeto produzido. Ao se alienar nessa relação pautada na divisão unilateral para a produção do objeto, se estranha com aquilo produzido por ele. Isso o defronta com a atividade genérica, como uma atividade também estranha à atividade vital consciente, ao se estranhar ele está se apartando e contrapondo ao seu próprio gênero. Sua atividade então não pertence a si, mas a outro. E quem é esse outro? Outro homem, que detém o poder sobre ele: o capitalista.

Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto objetos e homens que lhes são estranhos e inimigos; ele engendra também a relação na qual outros homens estão para com ele, nas relações da propriedade privada.

A evidência de que esses *Manuscritos Econômico-Filosóficos* não são somente econômicos, mas também filosóficos se encontram ainda em formulações de Marx como:

A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo (Art) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma species, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter

genérico do homem. A vida mesma aparece só como meio de vida. O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (Bestimmtheit) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis por que a sua atividade é atividade livre. O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência. (Marx, 2010, p. 121).

Nesse sentido, como observa Lukács (2012, p. 295), é com Marx que, pela primeira vez, as categorias econômicas são compreendidas como categorias ontológicas da produção e reprodução da vida social. A crítica marxista não se limita à denúncia moral da miséria, mas descortina as determinações estruturais da propriedade privada e da acumulação, orientando-se para sua superação histórica.

CAPÍTULO 2 Desenvolvimento da crítica da economia política de Karl Marx: “Miséria da Filosofia” de 1847

2.1 O evoluir do processo formativo do pensamento e da obra de K. Marx – os anos de 1845-1847

Neste tópico, aborda-se o período de 1845 a 1847 da trajetória de Marx, momento em que, em razão de pressões exercidas pelo governo francês, após uma sentença de expulsão (Marx, 2008, p. 47) o autor alemão foi compelido a deixar a França, estabelecendo-se em exílio na Bélgica, especificamente em Bruxelas. Segundo Netto (2020, p. 141) é “durante o exílio belga de 1845 a 1848 que a inflexão intelectual e teórica iniciada por Marx em Paris se conclui: o deslizamento da filosofia para a crítica da economia política completa-se em Bruxelas”.

No contexto, completava-se a primeira etapa da revolução industrial, tanto na Inglaterra quanto em certas regiões da Europa continental, à época, uma região desigual e complexa. Marx falava, por exemplo, da “miséria alemã” (Netto, 2020, p. 79), tendo em vista as relações sócio materiais, econômicas e políticas, por exemplo, da Inglaterra e da França, em relação à sua terra natal. Segundo Marx (2010, 2110-2113), em sua “*Crítica a filosofia do direito de Hegel*”:

Enquanto na França e na Inglaterra o problema se apresenta assim: economia política ou domínio da sociedade sobre a riqueza; na Alemanha ele é apresentado da seguinte maneira: economia nacional ou domínio da propriedade privada sobre a nacionalidade. Portanto, na França e na Inglaterra, importa suprimir o monopólio que progrediu até as últimas consequências; na Alemanha, importa progredir até as últimas consequências do monopólio. Lá, trata-se da solução, aqui, trata-se da colisão.

Ou seja, já se configurava em alguns lugares, de fato o modo de produção de riqueza e de reprodução social capitalista, em termos produtivos e de consolidação econômica e modo de reprodução da vida, que engendram com o fim do feudalismo e deslocamento de massivos contingentes populacionais dos campos para as cidades, aumentando consideravelmente a população dos centros urbanos e industriais, das relações do trabalho assalariado nas grandes indústrias emergentes.

Como visto no capítulo anterior, Marx, ao chegar em Paris em 1843, (Netto, 2020, p. 77) se aprofunda em seus estudos político-econômicos, e se vê, desde então, colocando as questões, o equacionamento, bem como a indicação dos

caminhos de pesquisa e investigação que serão desdobrados nos textos que o autor produz nos anos seguintes, entre eles, os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, (discutido no capítulo anterior), *A Ideologia Alemã* juntamente a Friedrich Engels, e a *Miséria da Filosofia*, assunto do debate deste capítulo. A fim de demarcar um pouco melhor a posição teórica que vai se formando, se constituindo, citamos próprias palavras do autor, no *Prefácio de 1859*, que: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência” (Marx, 2008, p. 47).

Palavras essas que atestam o surgimento de uma teoria social que não se identifica com a produção teórica burguesa, seja aquela da matriz filosófica idealista hegeliana, seja aquela vinda dos trabalhos dos economistas ingleses modernos, como A. Smith e D. Ricardo. Por outro lado, a originalidade das teses instauradas e defendidas em crítica argumentação pelo autor alemão vai distanciando crescentemente suas posições daquelas dos chamados jovens hegelianos, e dos leitores de Hegel e de Ricardo em geral, entre os quais, a família Bauer, M. Stirner, L. Feuerbach, A. Ruge, e também P. Proudhon. Entre os pontos fundamentais de balizamento da nova posição teórica está a identificação do ser à objetividade, entendida como uma unidade de materialidade e movimento, isso tendo em vista tanto o “mundo natural”, quanto também o “mundo social”.

Em estudos como os do *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, e em *A ideologia Alemã*, de 1846, Marx firma outra referência fundamental da nova teoria crítica, referência que já vinha sendo apreendida nos seus artigos e intervenções anteriores: ele considera, nos referidos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, que “na forma da atividade reside o caráter de uma espécie”(Marx, 2004, p. 121), o que é desenvolvido na *Ideologia Alemã* nos seguintes termos: “tal como produzem, assim são eles”; “os seres humanos são o que produzem, e como eles produzem” (Marx, 2007, p. 87), numa abrangência de produção material e produção subjetiva, onde as capacidades subjetivas são constituídas, afirmadas, na suas próprias formas ativas e sociais. E é nessa conjuntura de categorias apreendidas por Marx, entre esses anos de exaustivos estudos e experiências com a classe operária assim que desenvolve, o texto de 1847, que é o objeto do presente capítulo: “*Miséria da Filosofia*”.

Nessas circunstâncias e processos formativos de pensamento, de vida e obra, nas investigações, cabe examinar como se constituem e conformam as posições que Marx instaura nesse período. Segundo Netto, (2020, p. 142) “Os expressivos passos do capitalismo na Bélgica foram imediatamente acompanhados de uma massiva degradação das condições de vida dos artesões e do emergente proletariado” que aumentavam à medida que a industrialização crescia e expandia. A fim de situar a posição de “*Miséria da Filosofia*”, Marx, no exílio, também observa de perto a realidade do proletariado, sobretudo, o belga (protestos, choques violentos) Netto, (2020, p. 179) também afirma que “A ambiência ideopolítica desses anos sinaliza bem a evolução do movimento operário na sua curva ascendente”. Assim como já em contatos e experiências bastante próximas da realidade do proletariado francês, em 1844, quando ele decifra a propriedade privada para além da relação entranhada, externa e hostil entre seres humanos e coisas (mercadorias), apreendendo-a em suas formas internas, ativas e sociais, numa palavra: na forma do trabalho alienado, como vimos no capítulo anterior.

Assim, cabe examinar como se constituem e conformam as posições que Marx instaura, desenvolve, no texto de 1847, que é o objeto do presente capítulo: “*Miséria da Filosofia*”. É possível indicar preliminarmente que Marx está adentrando, então, boa parte dos textos de economia política de sua época, ao menos aqueles mais repercussivos e impactantes destacadamente, aqueles consolidados na importante obra de um autor que Marx sempre tomou, respeitou e criticou como clássico: David Ricardo.

A “*Miséria da Filosofia*” foi publicada por K. Marx em 1847, não em sua língua materna, o alemão, mas em francês. A obra divide-se em dois capítulos, o primeiro, intitulado “Uma descoberta científica”, e o segundo, “A metafísica da economia Política”. Trata-se de um confronto público de Marx ao socialista francês Pierre-Joseph Proudhon, nos marcos das disputas entre as perspectivas teóricas e políticas distintas e contrapostas, onde Marx empreende uma feroz crítica à *Système des contradictions économiques* ou *Philosophie de la misère*, de P. Proudhon, publicado em agosto de 1846, sendo “O principal confronto público que Marx protagonizou nos anos de Bruxelas.” (Netto, 2020, p. 175). Proudhon, que outrora foi “respeitado e admirado” (Netto, 2020, p. 180) sendo inclusive citado em obras

anteriores, perde o respeito que Marx havia por ele ao publicar *Filosofia da Miséria*, que “assinala seu trânsito ao reformismo utópico” (Netto, 2020, p 180).

Tudo isso tendo em vista armar uma dura e sagaz crítica à Proudhon, que Marx insere no conjunto dos autores que ele considerava epígonos rebaixados de Hegel e, no caso, também de Ricardo. Na sua crítica implacável, Marx provocava que Proudhon se passava por grande filósofo na Inglaterra, onde os domínios da filosofia não eram tão desenvolvidos, e se passava por grande economista na Alemanha (Marx, 2020), carente de desenvolvimento e domínio prático e teórico dessa matéria. Marx pensava, e assim se posicionou energicamente, que Proudhon deturpava tanto Hegel quanto Ricardo.

É claro que o interesse nesses duros embates não se reduz ao âmbito da teoria, que Marx jamais descuidou. Mas, no limite e ao fundo, o sentido da crítica diz respeito à incapacidade dessas teorias, sejam as clássicas, sejam as caricaturais, como a de Proudhon, em dar conta e responder às exigências e aos desafios do tempo histórico.

2.2. Uma descoberta científica

Como dito anteriormente, a ambientação das obras e da ruptura entre Marx e Proudhon era de evolução e significativa transformação do movimento operário, num momento em que essa classe se movimentava e se constituía como “classe para si” (Netto, 2020, p 179).

A partir do primeiro capítulo de *Miséria da Filosofia*, intitulado “Uma descoberta científica”, e de seus tópicos: “§1. Oposição entre o valor de uso e o valor de troca”, “§2. O valor constituído ou valor sintético” e “§3. Aplicação da lei das proporcionalidades do valor”, desenvolve-se uma discussão acerca da gênese das categorias econômicas tal como formuladas por Pierre-Joseph Proudhon, importante socialista de seu tempo, em “*Filosofia da Miséria*”. Marx argumenta que é necessário aceitar que a divisão do trabalho existe por necessidades do capital de maneira real, e não como idealizadas por Proudhon que simplesmente imprime “no fato da troca uma espécie de chancela histórica, apresentando-o na forma de uma moção que um terceiro teria feito, tendendo a estabelecer a troca” (Marx, 2020, p. 64). Tais categorias são apresentadas pelo autor como fundamentadas nos economistas clássicos, tendo em David Ricardo sua principal referência teórica, porém de

maneira deturpada, e pouco científica, que “professa um soberbo desdém” pelo “método histórico e descritivo” dos Adam Smiths e dos Ricardos” (Marx, 2010, p. 64).

Segundo Marx:

A teoria dos valores de Ricardo é a interpretação científica da vida econômica atual; a teoria dos valores do sr. Proudhon é a interpretação utópica da teoria de Ricardo. (Marx, 2010, p 31).

O autor faz sua crítica à argumentação de Proudhon e sua “descoberta científica” atestando que sua interpretação da teoria dos valores de Ricardo não passa de um utopismo, pois Proudhon abstrai e ignora a importância do trabalho, e direciona tudo à circulação e ao valor de troca, algo inadmissível para Marx, que demonstra nítidos os interesses aos procedimentos teóricos em deslocar as reflexões do âmbito da circulação mercantil, quer dizer, das discussões econômicas que giram em torno das relações entre oferta e procura, e a “dupla natureza do valor” (Marx, 2020, p. 61) centrando o interesse e as investigações teóricas para a esfera da produção em si, para o âmbito do que denomina como “organização global da produção” (Marx, 2010, p. 73). Para Marx:

O produto oferecido não é, em si mesmo, útil. É o consumidor que constata sua utilidade. E, mesmo quando sua qualidade útil é reconhecida, ele não é exclusivamente útil. No decurso da produção, foi trocado por todos os custos de produção, tais como as matérias-primas, o salário dos operários etc., coisas que são valores venais. Portanto, aos olhos do produtor, o produto representa uma soma de valores venais. O que ele oferece é não apenas um objeto útil, mas também, e sobretudo, um valor venal (Marx, 2010, p. 72).

Uma vez admitida a utilidade, o trabalho é a fonte do valor. A medida do trabalho é o tempo. O valor relativo dos produtos é determinado pelo tempo de trabalho que foi preciso empregar para produzi-los. O preço é a expressão monetária do valor relativo de um produto. Enfim, o valor constituído de um produto é simplesmente o valor que se constitui pelo tempo de trabalho nele cristalizado (Marx, 2010, p. 75).

Nessa citação fica evidente que, o produtor não somente produz um objeto útil, mas também produz valor, ao contrário do que Proudhon afirma sobre “valor constituído” e a suposta “harmonia” idealizada por ele entre valor de uso e valor de troca. Marx argumenta que Proudhon abstrai as relações de oferta e demanda tão profundamente, que deturpa também a concorrência entre os que “procuram e os que oferecem” (Marx, 2010, p. 74) logo, abstrai também a importância que essas relações de embate resultam ao valor venal, ao “eliminar os custos de produção e a concorrência” (Marx, 2010, p. 74).

Na citação seguinte, veremos como Marx ao mesmo tempo em que retoma Ricardo, vai para além do economista inglês, em outra direção:

Ricardo apresenta sua famosa teoria da renda fundiária, decompõe o capital e, em última análise, só encontra nele trabalho acumulado. Em seguida, desenvolve toda uma teoria do salário e do lucro, demonstrando que ambos têm seus movimentos de alta e de baixa, em razão inversa um do outro, sem influir no valor relativo do produto. Ele não omite a influência que a acumulação dos capitais e a diferença de natureza destes (capitais fixos e capitais circulantes), assim como a taxa dos salários, podem exercer sobre o valor proporcional dos produtos. De fato, esses são os problemas principais a que se dedica Ricardo.” (Marx, 2010, p. 79).

Ainda acompanhando Ricardo e sua decomposição do capital, Marx estabelece, também aqui contra Proudhon: i) que o trabalho é a fonte do valor; ii) que o valor venal ou valor de troca de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para sua produção; iii) que os movimentos de “alta e baixa”, de ganhos e perda, do capital e do trabalho, encontram-se em relação inversa. Demonstrando que Proudhon se ilude na busca de inéditas teorias para expressar uma teoria já existente, que parte da “sociedade atual como ponto de partida para demonstrar como ela constitui o valor” (Marx, 2010, p. 81).

Nessas ponderações, começa a ficar nítido que Marx exalta os procedimentos e resultados científicos de Ricardo e sua doutrina, situando-o, ao mesmo tempo, nos limites do intelecto e da racionalidade da burguesia inglesa, que é “em si mesma a típica burguesia moderna” (Marx, 2010, p. 76); porém, o autor da *Miséria da Filosofia* vai para além de Ricardo, não avançando pelas vias da “teoria do valor”, mas principalmente pelas vias da apreensão das contradições sócio materiais da produção capitalista expressas na exploração do trabalho e nas lutas de classes, sendo esse o grande e essencial diferencial que faz a sua teoria ser de fato uma superação das categorias já postas.

Outro ponto crucial nesse capítulo da obra, é o reconhecimento da determinação do valor pelo tempo de trabalho para produzir a mercadoria que leva Marx a denunciar: i) os baixos salários pagos pelos capitalistas aos trabalhadores, e o interesse capitalista em rebaixar os salários ao máximo possível; nas palavras do autor alemão: “O preço natural do trabalho é o mínimo do salário”(Marx, 2020, p 91).; ii) as condições miseráveis de subsistência e alimentação da classe trabalhadora, uma vez que esse rebaixamento repercute sobre o rebaixamento dos

salários, e conseqüentemente, sobre os ganhos e lucros do capital. Acompanhando Marx:

Resumamos: o trabalho, sendo ele mesmo mercadoria, mede-se como tal pelo tempo de trabalho que é necessário para produzir o trabalho-mercadoria. E o que é preciso para produzir o trabalho-mercadoria? Exatamente o tempo de trabalho necessário para produzir os objetos indispensáveis à manutenção contínua do trabalho, isto é, para permitir a sobrevivência do trabalhador e as condições de propagação de sua espécie. O preço natural do trabalho é o mínimo do salário[i]. (Marx, 2020, p. 83)

Aqui temos uma passagem que guarda relações com as elaborações maduras de Marx, no que diz respeito à sua “teoria do salário”. As formulações são as seguintes: produtos mais miseráveis, requerendo menos tempo de trabalho para sua produção, e sendo destinados ao consumo e subsistência da classe trabalhadora, produzem mais excedente, mais lucros (ou mais capital). Marx apreende que:

...o valor relativo, medido pelo tempo de trabalho, é fatalmente a fórmula da escravidão moderna do operário, e não, como pretende o sr. Proudhon, a “teoria revolucionária” da emancipação do proletariado. (Marx, 2020 pp. 83-84)

Por outro lado, tomar apenas a quantidade de trabalho como medida de valor, sem levar em conta a qualidade, supõe que o trabalho simples se tornou o fulcro da indústria. Supõe que os trabalhos se igualaram pela subordinação do homem à máquina ou pela divisão extrema do trabalho; supõe que os homens se apagam diante do trabalho; supõe que o movimento do pêndulo tornou-se a exata medida da atividade relativa de dois operários, como é do mesmo modo da velocidade de duas locomotivas. Então, não há por que dizer que uma hora de um homem equivale a uma hora de outro homem; deve-se dizer, ao contrário, que um homem de uma hora vale tanto quanto outro homem de uma hora. O tempo é tudo, o homem não é mais nada; quando muito, ele é a carcaça do tempo... Mas essa equalização do trabalho não é obra da justiça eterna do sr. Proudhon; ela é, simplesmente, a maneira de ser da indústria moderna. (Marx, 2020, pp. 85-86).

Aqui, ficam evidentes os nexos da teoria crítica da economia política nascente com o que mais tarde serão decifrados como mais-valor e trabalho abstrato: “Não se trata mais da qualidade. A quantidade decide tudo: hora por hora, jornada por jornada” (Marx, 2010, p. 86), que também guardam relações com os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, e como o trabalho, sendo uma mercadoria, o salário tende a ser o mínimo necessário, gerando mais excedente que é apropriado pelo capital. Marx se expressa em termos de “antagonismo de classes”, denunciando a “desigual distribuição do produto” entre o “trabalhador imediato” e o “trabalho acumulado”

trabalhador (Marx, 2010, p. 84), ou seja, nitidamente: relações antagônicas entre salário e capital; operário e burguês.

Por que, então, o algodão, a batata e a aguardente são as pedras angulares da sociedade burguesa? Porque, para produzi-los, é necessário menos trabalho e, conseqüentemente, eles são mais baratos. Por que o mínimo de preço determina o máximo de consumo? Por acaso seria em função da utilidade absoluta desses produtos, de sua utilidade intrínseca, de sua utilidade na medida em que correspondem melhor às necessidades do operário como homem, e não do homem como operário? Não. É porque, numa sociedade fundada na miséria, os produtos mais miseráveis têm a prerrogativa fatal de servir ao uso da maioria. Dizer, agora, que as coisas mais baratas, porque são as mais usadas, devem ser de maior utilidade significa dizer que o uso generalizado da aguardente, por causa dos poucos custos de sua produção, é a prova mais concludente de sua utilidade; significa dizer ao proletário que a batata é mais saudável que a carne; significa aceitar o estado de coisas vigente; significa, enfim, fazer, como o sr. Proudhon, a apologia de uma sociedade sem compreendê-la (Marx, 2020, pp. 96-97).

Agora, a partir de Smith e de sua afirmação que o salário é o valor do trabalho (Marx, 2021, p. 88) Marx soluciona que os insumos necessários para a reprodução da vida devem ter valores baixos, para que o valor do salário diminua, conseqüentemente aumentando o lucro, como discutido acima. A batata, o algodão e a aguardente não são “as pedras angulares da sociedade” por mera coincidência e vontade do trabalhador, mas sim porque para essa classe são reservados os produtos mais miseráveis. Proudhon não tem a capacidade de entender essa particularidade da produção capitalista, e novamente abstrai um fator de enorme importância. Segundo Marx:

“Em princípio, não há troca dos produtos, mas troca dos trabalhos que concorrem para a produção. É do modo de troca das forças produtivas que depende o modo de troca dos produtos. Em geral, a forma de troca dos produtos corresponde à forma da produção. Modifique-se esta última e a primeira mudará como consequência. Por isso, na história da sociedade, vemos o modo de troca dos produtos se regular pelo modo de sua produção. A troca individual corresponde também a um modo de produção determinado, que, por sua vez, corresponde ao antagonismo das classes. Assim, não há troca individual sem o antagonismo das classes.” (Marx, 2010, p. 113)

“Na sociedade inglesa, portanto, a jornada de trabalho ganhou em setenta anos um excedente de produtividade de 2.700%, isto é, em 1840 ela produziu 27 vezes mais que em 1770. Segundo o sr. Proudhon, deveríamos fazer a seguinte pergunta: por que o operário inglês de 1840 não era 27 vezes mais rico que o de 1770? Ao fazermos semelhante pergunta, supomos naturalmente que os ingleses poderiam produzir essas riquezas sem que existissem as condições históricas nas quais foram produzidas, tais como a acumulação privada de capitais, a divisão moderna do trabalho, a fábrica mecanizada, a concorrência anárquica, o salariato, enfim, tudo o que se baseia no antagonismo das classes. Ora, para o desenvolvimento

das forças produtivas e do excedente do trabalho, essas eram precisamente as condições de sua existência. Portanto, para obter esse desenvolvimento das forças produtivas e do excedente do trabalho, eram necessárias classes que prosperam e outras que declinam.”(Marx, 2010, pp. 137-138)

Contra Proudhon, Marx argumenta, recorrendo, inclusive, a estatísticas e números, que os ganhos e crescimento da produtividade da indústria durante décadas não correspondem a qualquer proporcionalidade ou ganhos de salários e melhorias nas condições materiais de trabalho e vida dos trabalhadores, pelo contrário. Aqui, é importante ressaltar o arsenal de categorias de que Marx se vale. Ele aponta, nas bases dessa assimetria: a acumulação privada de capitais, a divisão moderna do trabalho, a fábrica mecanizada, a concorrência anárquica, o estatuto do assalariamento, bem como “tudo o que se baseia no antagonismo entre as classes”, demonstrando superação também dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* que o acompanhará em obras posteriores de crítica da economia política, já que esse trabalho que não é apropriado pelo trabalhador, baseado na divisão do trabalho gera prosperidade para alguns, e declínio para outras, que é exatamente a finalidade da propriedade privada.

2.3 “A metafísica da economia política”

No capítulo chamado “A metafísica da economia política” trataremos de seus tópicos: “§1. “O método”, “§2. “A divisão do trabalho e as máquinas”, “§3. “A concorrência e o monopólio”, §4. “Propriedade ou a renda”, “§5. “As greves e as coalisões dos operários”.

Se no primeiro capítulo o assunto se baseava na economia política vista no ponto de vista de um banqueiro inglês, Ricardo, nesse capítulo entramos no campo da filosofia de um “simples professor de filosofia” (Marx, 2010, p. 150): Hegel e sua dialética, que como as teorias de Ricardo, serão deturpadas por Proudhon.

Os economistas exprimem as relações da produção burguesa, a divisão do trabalho, o crédito, a moeda etc., como categorias fixas, imutáveis, eternas. O sr. Proudhon, que tem à sua frente essas categorias já formadas, quer nos explicar o ato de formação, a geração dessas categorias, princípios, leis, ideias, pensamentos. Os economistas nos explicam como se produz nessas relações dadas, mas não nos explicam como se produzem essas relações, isto é, o movimento histórico que as engendra. (Marx, 2020, p, 151)

Hegel não tem problemas a colocar, ele tem apenas a dialética. Da dialética de Hegel, o sr. Proudhon tem só a linguagem. Seu movimento dialético é a distinção dogmática entre o bom e o mau. (Marx, 2020, p. 159)

Marx começa o capítulo aprofundando sua crítica à *Filosofia da Miséria* não somente à Proudhon, mas aos economistas e seus dogmas, argumentando que a maneira com que fazem ciência é insuficiente, já que devem ser entendidas pelo movimento da história (Marx, 2020, p. 153) e de suas formas de produção e maneiras de ganhar a vida, que ao sofrerem mudanças ao passar dos tempos, mudam também suas relações sociais (Marx, 2020, p. 156).

Proudhon não consegue entender as relações, pois as abstrai de sua forma desde o começo tratando a partir do idealismo de Hegel (cujo Marx critica com grande respeito), que pensa a entificação (alienação) do mundo sensível, do ser objetivo, histórico, a partir da Ideia, do *Espírito Absoluto*, pensando e resolvendo todas as contradições no plano meramente ideal, e também de maneira especulativa, de forma que na sucessão de ideias reais, elas não são apreendidas. Proudhon trata categorias “soltas”, já Marx, tece seu argumento sustentando que não se pode, partindo do ser abstrato e indeterminado, chegar ao determinado e ao concreto, a menos que se abandone a abstração.

Um procedimento de Proudhon, critica Marx, no limite, conservador, por deixar intocadas as bases reais da alienação e dos estranhamentos. O ponto de partida e referência de Marx aqui é o ser objetivo, sensível, ativo, que se autoproduz, na história. Outra parte substantiva da crítica aqui é dirigida aos economistas, que se limitam a considerar como se produz *nas* relações capitalistas, burguesas, mas não como se produzem as relações capitalistas, burguesas, quer dizer, o movimento real que as engendra. Marx considera que Proudhon encontra-se abaixo dessa crítica, já dura, a Hegel e a Ricardo.

Segundo Marx, (2020, p. 156) “os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com sua produtividade material produzem também os princípios...” o que significa que essas categorias de forma alguma são eternas, como os economistas e a burguesia quer que acreditemos, mas sim” produtos históricos e transitórios”, (Marx, 2020, p. 156) que logo, são passíveis de mudança. O autor também faz escárnio do simples e ineficaz movimento dialético de Proudhon, e sua distinção entre o “bom e o mau” (Marx, 2020, p.159) que de maneira alguma serve para apaziguar a miséria existente no seio da produção capitalista.

No fim desse primeiro tópico, Marx traz o fato da naturalização das relações da produção burguesa desde sua gênese no proletariado e como “as instituições feudais são artificiais, as da burguesia são naturais” (Marx, 2020, p. 167) mais uma vez, um artifício comum dos economistas para demonstrar que a riqueza só pode ser produzida dessa forma, que consequentemente produzindo-se a riqueza, também se produz miséria (Marx, 2020, p. 170). Segundo Marx:

Do mesmo modo que os economistas são os representantes científicos da classe burguesa, os socialistas e os comunistas são os teóricos da classe proletária. Enquanto o proletariado não estiver bastante desenvolvido para se constituir como classe e, consequentemente, sua luta com a burguesia não tiver ainda um caráter político; enquanto as forças produtivas não estiverem bastante desenvolvidas no próprio interior da burguesia para possibilitar uma antevisão das condições materiais necessárias à libertação do proletariado e à formação de uma sociedade nova, esses teóricos serão apenas utopistas que, para amenizar os sofrimentos das classes oprimidas, improvisam sistemas e correm atrás de uma ciência regeneradora. (Marx, 2020, pp. 170-171).

Seguindo neste capítulo, Marx coloca a “divisão do trabalho e as máquinas” numa perspectiva histórica abrangente, na qual ele pode decifrar com perspicácia e já com bastante precisão processos de formas da acumulação originária de capital, a partir de “regras que nascem primitivamente das condições da produção material e só muito mais tarde foram alçadas a lei.” (Marx, 2020, p. 181). Se vê no reconhecimento da subsunção primeiro formal, depois real, do trabalho ao capital, nas manufaturas e na grande indústria, ao questionar “como nasceu essa fábrica” (Marx, 2020, p. 181) e, também, pelos expedientes multisseculares, históricos, da espoliação e expropriação coloniais, que facilitou a formação da indústria a partir da “descoberta da América e pela introdução de seus metais preciosos” (Marx, 2020, p. 182). Segundo o autor:

Está suficientemente provado que o aumento dos meios de troca teve por consequência, de um lado, a depreciação dos salários e das rendas fundiárias e, de outro, o crescimento dos lucros industriais. Em outros termos: enquanto a classe dos proprietários e a classe dos trabalhadores, os senhores feudais e o povo, decaíam, ascendia a classe dos capitalistas, a burguesia. (MARX, 2020, p.182).

Também tem-se como consequência o comércio nas Índias orientais, bem como da expropriação de meios de subsistência, expulsão de camponeses dos campos (Marx, 2020, p. 182) (que se tornaram trabalhadores das fábricas), entre outras condições, ao contrário do que Proudhon acredita terem sido “estipulações amistosas entre iguais que reuniram os homens nas fábricas” (Marx, 2020, p. 183)

existe por trás da indústria, inúmeras “condições históricas para a formação da manufatura” (Marx, 2020, p. 183) que convergem para a formação da urbanidade burguesa e do trabalho assalariado, explorado, nas indústrias capitalistas. Avançando no capítulo, Marx trata sobre a concorrência e o monopólio que para Proudhon, também guarda lado bom e lado mau, e também historicamente existente desde tempos feudais, que Marx, novamente se contrapõe, afirmando que tais categorias como são, só desenvolveram após a ascensão da burguesia (Marx, 2010, p. 197).

Nas mãos do capital industrial, isto é, da riqueza sóbria e econômica que se mantém, se reproduz e cresce pela exploração direta do trabalho, o imposto sobre o consumo era um meio de explorar a riqueza frívola, feliz, pródiga, dos grandes senhores, que apenas consumiam (Marx, 2010, p. 198).

Além de considerar as relações dialéticas, de reciprocidade, entre concorrência e monopólio, cabe destacar que Marx se pronuncia em termos claros e que conversam diretamente com os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* ao considerar que a “riqueza sóbria e econômica” “se mantém, reproduz e cresce pela exploração direta do trabalho” (Marx, 2020, p. 197).

Avançando à “propriedade e renda da terra” Marx traz novamente Ricardo para analisar categorias econômicas de forma real, ao passo que Proudhon as abstrai, e as trata como eternas. (Marx, 2020, p. 199). Segundo Marx:

O sr. Proudhon afirma que a origem da propriedade possui algo de místico e misterioso. Ora, ver mistério na origem da propriedade, ou seja, transformar em mistério a relação da própria produção com a distribuição dos instrumentos de produção, não é – para falar a linguagem do sr. Proudhon – renunciar a qualquer pretensão à ciência econômica? (Marx, 2020, p. 199).

Marx dissipa qualquer mistério, entre eles, os proudhonianos, em relação às “origens da propriedade”, lançando mão de um já conhecido procedimento, qual seja, o de remeter as relações da propriedade das suas formas derivadas, seja, por exemplo, nas suas expressões no consumo ou na distribuição, às suas formas basilares, ativas e sociais, quer dizer, à esfera da produção e às suas contradições. É impossível abstrair propriedade burguesa e relações sociais da produção burguesa, e segundo Marx (2020, p. 199) “Pretender dar uma definição da propriedade como uma relação independente, uma categoria à parte, uma ideia abstrata e eterna, só pode ser uma ilusão de metafísica ou jurisprudência”.

Nessa passagem temos mais um exemplo da perniciosidade das relações de produção capitalista analisadas por Marx. Na produção de manufatura, o preço do “produto obtido com o mínimo de trabalho regula o preço de todas as outras mercadorias da mesma espécie” (Marx, 2020, p. 201), ao contrário da indústria agrícola, que possui uma produção que “regula o preço de todos os produtos da mesma espécie é o preço do produto obtido com a maior quantidade de trabalho” (Marx, 2020, p. 201). Segundo Marx:

“em resumo, a terra, enquanto proporciona juros, é a terra-capital e, como tal, não oferece renda, não constitui a propriedade fundiária. A renda resulta das relações sociais nas quais se realiza a exploração. Ela não poderia resultar da natureza mais ou menos sólida, mais ou menos durável da terra. A renda não provém do solo, mas da sociedade.” (Marx, 2020, p. 210).

Marx finaliza esse tópico demonstrando que, apesar do utopismo de Proudhon em crer que a o aumento da renda está ligada à “melhoria no uso da terra” e no aperfeiçoamento da indústria” (Marx, 2020, p. 210), é evidente que na realidade, a renda resulta de uma real exploração do trabalhador, que a partir da terra produz capital, e não somente da mera existência da terra em si.

Finalizando o capítulo com “as greves e as coalizões dos operários”, Marx dismantela a ideia de Proudhon, de que as greves que resultam em um aumento do salário, resultam na escassez e, conseqüentemente na indústria (Marx, 2020, p. 210), e argumenta que são ideias que “só desabrocham no cérebro de um poeta incompreendido” (Marx, 2020, p. 212) e que as greves na Inglaterra “sempre tiveram uma enorme influência sobre o desenvolvimento da indústria” (Marx, 2020, p. 212).

No final do texto, temos um Marx revolucionário, que expõe a necessidade que a massa de operários, que divide interesses e que já é formada como classe, transforme seus interesses em interesses de classe e se constitua como classe para si mesma, politicamente. (Marx, 2020, p. 217). Ele demonstra a partir do antagonismo entre as classes, que “a libertação da classe oprimida implica, pois, necessariamente, a criação de uma sociedade nova” (Marx, 2020, p. 218) onde toda a classe trabalhadora seja liberta, e os estados abolidos (Marx, 2020, p. 218). Finalizando de maneira genial, Marx afirma que:

Não digam que o movimento social exclui o movimento político. Não há jamais um movimento político que não seja ao mesmo tempo social. Somente numa ordem de coisas em que não houver mais classes e antagonismo de classes as evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas (Marx, 2020, p 219).

O autor desfecha de vez as posições políticas desenvolvidas na obra, que assentam-se e convergem ou desembocam nas relações sócio materiais contraditórias, manifestas nas relações assimétricas entre salário e lucro, ganhos do trabalho imediato e do trabalho acumulado ou do capital, o que se expressa em termos mais estritamente sociais como antagonismo e lutas de classes, que encontram nas vias políticas formas e condutos imprescindíveis de manutenção ou transformação das relações econômicas de produção e reprodução de riqueza e de vida social em sentido amplo.

2.4 Rearticulação dos elementos investigados e síntese

Segundo Netto (2020, p. 185) a “*Miséria da Filosofia* é parte integrante, constitutiva e inarredável da elaboração da crítica da economia política que culminará em *O capital*.” Nesses termos, as análises e movimentos teóricos na direção das sínteses, cabe reiterar que nos trechos apresentados como resultado de pesquisa, podemos perceber que Marx vai além de Ricardo e de Hegel, e vai ainda mais além da pretensa cientificidade de Proudhon, que busca ancorar sua posição reformista em um estudo aprofundado da economia política, interpretada por ele de forma rasa, idealista, metafísica, posto que preserva a propriedade privada, enxergando um “lado bom” *versus* um “lado mal” da história e das categorias, o que é, como visto, duramente criticado por Marx.

Como pudemos constatar, no primeiro capítulo do livro, Marx expõe a problematização das afirmações de Proudhon, criticando que falta ao francês os fundamentos, os princípios e as ferramentas de uma verdadeira ciência, que não basta lançar mão de uma metafísica aplicada à política da economia, posto que se perdem justamente os elementos decisivos das relações sócio-materiais, históricas, culturais, políticas, das lutas de classe e da exploração capitalista, de modo que a teoria rebaixada e caricata do francês recai sempre numa forma de “igualdade” idealista, resultado da forma como Proudhon se põe a explicar a dupla natureza do valor, valor de uso e valor de troca, etc.

Assim, nesse primeiro capítulo, como visto, Marx avança no deslocamento de determinação de valor, de valor de uso e valor constituído, da demanda e oferta para a esfera da produção, mostrando que os processos constitutivos do valor venal e de

troca, remetem a custos de produção, tais como matérias-primas e salário dos operários.

Em passagens importantíssimas, que guardam relações não somente com a categoria do mais valor, mas com formas primitivas de acumulação do capital, e com categorias desenvolvidas em sua maturidade, como o capital fixo e variável, a renda fundiária pressupõe uma produção agrícola feita pelo homem e pela máquina, gerando sempre um excedente que é o interesse do capital. Decompondo-se esse capital (teoria Ricardiana), se encontra trabalho acumulado, humano, braçal, diferenciando o tempo de um trabalho necessário para fabricar o objeto e um trabalho necessário para acumulação. Marx avança nessa teoria fundiária no sentido de entender que a terra em si não produz, mas sim o homem que é explorado ao trabalhar nela.

Faz-se necessário entender quais passagens são o pensamento próprio de Marx, e quais são apreensões da teoria de Ricardo, o que constitui um grande desafio diante da obra. Conforme buscamos mostrar nesta pesquisa, Marx vai além da esfera da produção em si, enxergando o antagonismo de classes em suas formas e relações concretas, enquanto Ricardo fica no limiar da descoberta das relações fundantes, como, por exemplo, quando reconhece um trabalho necessário para produzir o objeto, e outro necessário para produzir o capital.

Foi possível ver a aproximação de Marx às determinações e formas do mais-valor, no tratamento de categorias como “trabalho simples”, “subordinação do homem à máquina”, “divisão extrema do trabalho” como sendo “fulcrais à indústria e a acumulação”, assim como o embate trabalhador imediato x possuidor de trabalho acumulado: a chave do antagonismo entre as classes. Assim também o reconhecimento do tempo de trabalho como algo fundamental à produção, revertido ao mínimo necessário para a manutenção básica da vida, que torna o homem uma simples mercadoria à venda para o capital, uma cruel realidade do capitalismo, onde o proletariado se vê obrigado a vender sua única mercadoria em troca de sua existência, algo defendido por Proudhon.

Vimos assim como a teoria e as posições de Marx vão além da teoria do valor de Ricardo, Tateando a relação contraditória como uma relação de exploração do ser humano pelo ser humano, imbricados na relação inversa de salário e lucro, diretamente ligados aos ganhos do capital, de modo que o trabalhador receba

apenas o mínimo para gerir sua existência, que garantirá que ele retorne ao trabalho no próximo dia.

Observamos que a força de trabalho para Marx se manifesta como uma mercadoria, e quanto mais barata, mais ela rende ao capital, de modo que também os insumos para sua existência sejam os mais baratos e que se produzam em maior abundância. Essas passagens são extremamente importantes, pois são tratadas as condições históricas impostas a cada trabalhador na sociedade civil, burguesa, algo essencial no pensamento de Marx e bastante pertinente e atual em uma sociedade em que o discurso neoliberal e de extrema direita ludibria a classe trabalhadora, que até hoje, não se constitui como classe “para si”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Todos os economistas cometem o mesmo erro: em vez de considerarem a mais-valia puramente enquanto tal, consideram-na através das formas específicas do lucro e da renda da terra. Mais adiante, no capítulo III, onde se analisa a forma muito transfigurada que a mais-valia assume como lucro, veremos a que erros teóricos essa interpretação necessariamente conduz.”

(Karl Marx, “Teorias da mais-valia”, 1980)

“Os economistas nos explicam como se produz nessas relações, mas não nos explicam como se produzem essas relações, isto é, o movimento histórico que as engendra.”

(Karl Marx, “Miséria da Filosofia”, 2020)

Este trabalho teve como objetivo investigar e compreender, como o próprio título diz, a nascente crítica da economia política de Karl Marx no que diz respeito às formas do excedente econômico, do mais trabalho e da acumulação de capital, especialmente nas obras *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844 e *Miséria da Filosofia*, de 1847.

Retomando a introdução deste TCC, e a afirmação de Marx nos seus escritos de 1860, em suas “Teorias da mais-valia”, de acordo com a qual os economistas em geral incorrem no “erro” de não examinar a “mais-valia” “enquanto tal”, em sua forma pura, mas de apenas descreverem formas e categorias econômicas gerais tais como “lucro”, ou renda da terra, ou salário etc. (Marx, 1980, p. 13), podemos mais uma vez destacar duas razões fundamentais desse tipo de elaborações dos economistas: i) as próprias determinações da realidade, as contradições do capitalismo, não estavam tão explicitadas diante dos olhos de Smith, Ricardo e Hegel (Marx falava, por exemplo, das “ilusões heroicas” desses autores); ii) posição de classe desses autores (“rico banqueiro inglês”, “simples professor de filosofia alemão”).

Por outro lado, Karl Marx, tendo diante de si as contradições do capitalismo e a luta de classes cada vez mais consolidada, gritante, avança por uma crítica da economia política cada vez mais consistente.

Nesse sentido, retomando resultados da pesquisa aqui realizada, podemos indicar que Marx, seja nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, quer dizer, centralmente, na sua decifração do trabalho alienado, em elaborações de caráter

científico-filosófico; seja na Miséria da Filosofia e na marcada dimensão política e revolucionária dessa obra a partir do reconhecimento enérgico da categoria “luta de classes”; seja também em *O Capital*, sua obra maestra, com sua a teoria científica do valor de fato consolidada; em todos esses três casos, temos evidências de como essa crítica da economia política está não somente nascendo, germinando, mas também se desenvolvendo e acumulando, avançando para desembocar em uma teoria potente, não só original e pertinente a seu próprio tempo, mas mantendo relevância, atualidade e mesmo urgência para os séculos XX e XXI, uma vez que as relações fundamentais tematizadas pelo autor permanecem insuperadas no tempo presente.

Referenciando novamente o *Prefácio de 1859*, é nítido como Marx, ao não se conformar com as respostas “rasas”, superficiais e insuficientes dadas pelos economistas clássicos, limitados, por exemplo, a descrever os processos de produção do capital, ou limitados a descrever “como se produz nessas relações”, certos movimentos do salário, do lucro etc., vai atrás de descobrir as determinações constitutivas desse lucro, ou seja, “como se produzem estas relações”, da exploração da força de trabalho, do acúmulo de capital, do empobrecimento da classe trabalhadora, do enriquecimento da burguesia.

Marx e sua teoria se diferem dos economistas clássicos nessas obras mais remotas estudadas seja por sua crítica consistente à filosofia idealista alemã, de onde surge sua potente e original teoria da alienação, como vimos nos estudos dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, seja por seu contato com a realidade histórica da classe trabalhadora, da luta de classes, por sua formação política, socialista, comunista, em distanciamento radical das interpretações e da racionalidade econômicas, filosóficas e políticas da burguesia.

Cabe considerar ainda, nesses movimentos de desfecho da pesquisa, que a experiência teórico-prática fundada no materialismo histórico e dialético, no interior do qual a obra de Marx constitui uma referência seminal e vertebral, muito guarda relações importantes com o exercício profissional, crítico, do Serviço Social, em alinhamento e fortalecimento do Projeto Ético-político da profissão.

Conforme argumentamos, a apreensão da realidade social para além de suas formas aparentes e imediatas exige a incorporação de um método capaz de

desvelar as determinações ontológicas do ser social (Lukács, 2012), especialmente aquelas que se expressam no quadro histórico no modo de produção capitalista.

Sem a compreensão histórica da sociabilidade burguesa, estruturada pela exploração da força de trabalho, pela produção de mais-valia e apropriação do excedente, pela reprodução ampliada e pela acumulação capitalista, o exercício profissional tende a permanecer circunscrito ao plano da aparência, ao endogenismo, ao reformismo rebaixado, restringindo-se a uma incompleta e rasa interpretação das expressões da “questão social”, muitas vezes tomadas como “vulnerabilidades sociais”, dentro do cotidiano profissional.

É precisamente a ausência de uma perspectiva de totalidade que, historicamente, na gênese da profissão, mais especificamente, anterior ao “movimento de reconceituação”, contribuiu para a conformação de práticas marcadas pelo moralismo, pelo conservadorismo e por referências religiosas e puramente assistencialistas. Algo que não ficou sepultado no passado, mas que reatualiza, reaparece e assombra também o presente.

A superação dessas determinações não se efetiva por mera inflexão ética, normativa ou mesmo meramente por vontade política. Ela remete, antes, às bases econômicas da sociedade, às situações de crise crescente da ordem do capital etc. Onde, a incorporação de um referencial teórico-metodológico radicalmente crítico, que permita apreender as expressões da “questão social” ligadas às contradições estruturais da ordem do capital, desempenha também um papel ideológico importante.

Dessa maneira, o arsenal que o método marxista e a teoria radical do materialismo histórico-dialético fornecem constituem instrumentos parciais, muito embora, indispensáveis, para que a atuação profissional da e do assistente social se baseie numa direção social crítica, comprometida com a emancipação humana e com a superação das formas hostis e perniciosas impostas pelo capital à classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social**. Brasília, DF: ABEPSS, [s.d.]. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 02 set. 2025.

DON L. Primavera. Intérprete: Don L. In: **Roteiro para Aïnouz, Vol. 3**. [S.l.]: ONErpm, 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HORST, Claudio H. M.; ANACLETO, Talita Freire M.; CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 6. ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1988.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. Os debates sobre a lei do furto de madeira. In: MARX, Karl. **Escritos de juventude**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Teorías sobre la plusvalía**. v. 1. Traducción de Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. Ökonomisch-philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1844. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **MEW Ergänzungsband 1: Schriften, Manuskripte, Briefe bis 1844**. Berlin: Dietz Verlag, 1968.

MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. Cortez Editora, 2021.

NETTO, José Paulo. **Karl Marx: uma biografia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

RUGE, Arnold. Arnold Ruge. In: **Dicionário político**. Marxists Internet Archive, [s.d.]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/r/ruge.htm>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PRAXIS. **Praxis**. n. 5. Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

SILVA, Marlon Garcia da. **Contribuições para o estudo da tese da estrutura sincrética do Serviço Social à luz da teoria social crítica**. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/96247/301672.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

VON, B. **Alemão–Português**. [S.l.]: Hueber, [s.d.]. Disponível em: https://www.hueber.de/media/36/9783193316783_Planet1_Glossar_Portugiesisch.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

